

## Os topônimos das cidades mineiras como instrumento para construção da história do Poder Judiciário Mineiro\*

A história das palavras que nomeiam lugares caminha lado a lado com a própria história das localidades. De acordo com Isquierdo (2008), todo nome dado a um lugar tem um significado peculiar que, além de poder retratar um momento histórico, pode também traduzir dados históricos ligados a fatos notáveis do passado, ou particularizar caracteres socioculturais, políticos, religiosos, geográficos e econômicos daquela localidade.

Amaral Dick, citada por Gomes (1999), enuncia que os topônimos são:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende o próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal<sup>1</sup>.

Para Poirier<sup>2</sup>, citado por Carvalho (2011), “a Toponímia é uma área de estudo que se liga à história, à geografia e à linguística”.

De acordo com as definições acima apresentadas e defendidas, podemos dizer que as vilas e cidades mineiras têm topônimos (do grego *topos* = lugar e *onoma* = nome) que exprimem peculiaridades das práticas sociais, culturais, religiosas e políticas dos membros que compunham a sociedade, bem como trazem referências aos acidentes físico-geográficos do local. Por esse motivo, constituem fontes de um fértil campo de pesquisa para a produção de conhecimento de caráter historiográfico, além de contribuírem para a construção da história do Poder Judiciário Mineiro e para a investigação da origem e da evolução histórica dos nomes das comarcas mineiras.

Carvalho (2011) descreve, em seu trabalho<sup>3</sup>, a evolução da nomenclatura das cidades existentes na Estrada Real, citando as diversas influências que sofreram. Fazendo a reconstituição histórica da nomenclatura atual, ele salienta a relevante influência da religião católica. Como exemplo de arraiais, vilas e cidades que receberam

e permaneceram com nomes que evocam santos da Igreja Católica, podemos citar as Cidades de *Santa Luzia*, *Santa Bárbara* e *São Lourenço*. Destaca, também, os nomes que evocam a estreita relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica, como *São João del-Rei*. Outras designações remontam ao tempo dos Bandeirantes: *Passa-Quatro*, *Pouso Alto*, *Entre Rios de Minas*. Povoados que receberam nomes como *Diamantina*, *Ouro Preto* e *Ouro Branco* foram escolhidos devido à exploração das lavras do ouro, pedras preciosas e outros metais na região. Nomes como *Rio Pomba* e *Rio Piracicaba* têm como referência os rios da própria natureza local. Da memória toponímica indígena, encontram-se nomes como *Cataguases*, *Piranga*, *Itabira*, *Caeté*, *Sabará*, *Aiuruoca*, *Baependi*, e da africana, apesar de baixa incidência, temos o exemplo da *Cidade de Caxambu*. São também encontrados alguns nomes com influência norte-americana e que usam o sufixo “polis”, como a *Cidade de Alvinópolis*.

Os autores Ramos e Venâncio (2002) defendem que, com o passar do tempo, a nomenclatura religiosa sofreu um enfraquecimento na sua utilização e foram sendo suprimidos dos nomes os complementos com essa motivação. Por exemplo, o nome da *Cidade de Santa Rita de Cássia* foi reduzido apenas a *Cássia*; *Santo Antônio do Machado* passou a ser *Machado*.

Esses mesmos autores também afirmam que são muitos os motivos para a eliminação e substituição dos nomes originais; um deles foi o fortalecimento do poder real, no período colonial. O *Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar*, nome dado no fim do séc. XVII, que rememora a ocupação espanhola em Portugal, passou para *São João del-Rei*, título dado em homenagem a Dom João V, rei de Portugal; *Caeté* tornou-se *Vila Nova da Rainha*; *Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas*, para *Vila do Príncipe* (em referência ao Príncipe D. José); *Vila de Nossa Senhora do Carmo*, para *Mariana* (em referência à rainha D. Mariana da Áustria).

Outra categoria, citada pelos autores, que sofreu alteração foi a dos nomes descritivos. Nesse grupo, estão incluídas algumas povoações designadas por meio de nomes de animais, plantas e aspectos topográficos, que, de modo geral, apresentam uma conotação irônica: *Feijão-cru* tornou-se *Leopoldina*; *Tamanduá* passou para *Itapeçerica*; *Brejo do Amparo*, para *Januária*; *Rio do Peixe*, para *Lima Duarte*.

\* Autoria: Andréa Vanessa da Costa Val e Rosane Vianna Soares, sob a supervisão do Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro.

<sup>1</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990, p. 23.

<sup>2</sup> POIRIER, Jean, Toponymie. méthode d'enquête. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 1965 apud TORT, Joan. Toponímia y marginalidad geográfica. Los nombres de lugar como reflejo de una interpretación del espacio. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 7, n. 138, 01.04.2003, UNB, Barcelona, 2003.

<sup>3</sup> O trabalho centrou-se no estudo sobre a Toponímia da Estrada Real, tendo por base os relatos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX que passaram por estes caminhos.

Com a eminente necessidade da construção da identidade nacional, ocorrida no final do séc. XIX e início do séc. XX, os nomes religiosos foram substituídos por fatos ou pessoas ligadas à história nacional, tais como: São José del-Rei transformou-se em *Tiradentes*; *Coração de Jesus* tornou-se *Inconfidência*; *Santa Isabel* passou a ser chamada de *Heliodora*.

Descritas as teorias dos autores Carvalho, Amaral, Poirier, Ramos e Venâncio, podemos entender quão importante é a investigação histórica dos nomes das vilas e cidades mineiras, pois resgatam não só a memória cultural e social das localidades, como também a do Poder Judiciário Mineiro.

Nos séculos XVIII e XIX, a divisão judiciária de Minas Gerais constituía-se de comarcas formadas por um ou mais termos e que tinham como sede a *vila ou cidade* mais importante. Ao longo desses séculos, a designação dada às comarcas sofreu expressivas alterações. Desde a criação das três primeiras, ocorrida no século XVIII, seus nomes, quase sempre, traziam referência ao rio predominante na região, como Rio das Mortes, Rio das Velhas, Rio São Francisco, Rio Jequitinhonha, Rio Grande, Rio Sapucaí, Rio Pomba, Rio Pará, Rio Paracatu, Rio Jequitaiá, Rio Verde, Rio Paraopeba, Rio Pardo.

Posteriormente, as comarcas mineiras foram, na sua grande maioria, nomeadas levando-se em conta os nomes dados às vilas e cidades que as formavam. Prioritariamente, daquela que era sede da comarca, e, à medida que os topônimos das vilas e cidades eram mudados, também eram substituídos os nomes das comarcas e de seus termos.

Vale ressaltar a situação de Minas Gerais no contexto histórico em que foram criadas as primeiras vilas e comarcas e também destacar o processo de urbanização do nosso Estado. Foi um processo diferenciado do restante da Colônia, pois apresentou uma ocupação e um povoamento considerados intensos devido à grande diversidade de atividades produtivas.

Minas Gerais ganhou expressividade econômica a partir do século XVII com a descoberta, pelos bandeirantes paulistas, do ouro e do diamante, o que proporcionou a formação dos primeiros núcleos populacionais.

As primeiras movimentações humanas observadas mais sistematicamente na região de Vila Rica do Ouro Preto ocorreram em 1693, quando foram divulgadas as primeiras notícias

acerca do achamento dos depósitos de ouro na região das Gerais<sup>4</sup>.

Entretanto, as primeiras vilas na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro só foram criadas em 1711: a Vila Real de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, em 8 de abril de 1711; a Vila Rica de Albuquerque, em 8 de julho de 1711; e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 de julho de 1711. Quanto à data de criação das três primeiras comarcas - Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas -, deve-se esclarecer que existem controvérsias entre historiadores, ocorrendo divergência de informações entre os anos de 1709 e 1714<sup>5</sup>. Nos fins do séc. XVIII, Minas contava com apenas quatro comarcas, mas, ao final do séc. XIX, já possuía cento e dezesseis comarcas.

Portanto, esta pesquisa histórica apresentará, cronologicamente, a relação das comarcas, desde a criação das três primeiras comarcas de Minas Gerais juntamente com um breve histórico que assinala a data de criação, suas várias denominações e leis de referência. Com o intuito de reafirmar que a história das comarcas está intrinsecamente relacionada com o nome dado a sua sede será, também, apresentada a descrição do topônimo da vila ou da cidade que lhe dá o nome.

## 1 Comarca de Vila Rica - atual Comarca de Ouro Preto

Foram elevadas à condição de vila, em 1711, a Real Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, no Distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, e a Vila Rica de Albuquerque, no Arraial das Minas Gerais do Ouro Preto. A criação dessas duas vilas foi complementada pela criação da respectiva comarca, em 1714, através de um termo de ajuste por meio do qual a delimitou administrativamente o Governador D. Brás Balthazar da Silveira, da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Mas, somente com a criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720, ficaram definidos seus limites.

*Cidade de Ouro Preto.*

Denominações antigas: Vila Rica, Vila Rica de Albuquerque, Vila Rica do Ouro Preto<sup>6</sup>.

“Ouro Preto foi fundada pela Bandeira de Antônio Dias em 1698<sup>7</sup>”. Elevada à categoria de vila em 1711 com o nome de Vila Rica de Albuquerque. Pelo Decreto de 24 de fevereiro de 1823, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas que eram capitais de províncias;

<sup>4</sup> Dossiê - Câmaras Coloniais Mineiras, Desaguadouro de tensões, por Maria de Fátima Silva Gouvêa.

<sup>5</sup> Theophilo Feu de Carvalho cita que as primeiras comarcas foram criadas em 1709, ou antes, não sendo conhecido o ato, ou atos, que as criaram. Ele relata que os Ouvidores despachados para Vila Rica e Rio das Velhas, ora nomeados em 3 de fevereiro de 1709, só chegam em 1711, e o Ouvidor despachado para o Rio das Mortes, em 19 de março de 1711, foi por Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho nomeado para a Comarca do Rio das Velhas, com jurisdição de Corregedor do Rio das Mortes, em substituição ao que falecera no caminho.

<sup>6</sup> O item “denominações antigas” apresenta a evolução toponímica com diversas denominações dos municípios de Minas Gerais e contém informações retiradas do site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, link “Consulte: Publicações da Assembleia-Obras de Referência-Denominações Urbanas”.

<sup>7</sup> Informação retirada da tese: Topônimos Mineiros e o Processo de Ocupação / Exploração / Formação do Estado Nacional.

portanto, concedeu-se à Vila Rica o Título de Imperial Cidade de Ouro Preto.

## 2 Comarca do Rio das Velhas - atual Comarca de Santa Luzia

A Comarca do Rio das Velhas também era conhecida como Comarca do Sabará, pois a cabeça dessa comarca era a Vila do Sabará. Até o ano de 1891, essa comarca aparece grafada nas legislações referentes à divisão judiciária com a denominação de Comarca do Rio das Velhas, quando, pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, recebeu nova denominação, passando, então, a chamar-se Comarca de Santa Luzia do Rio das Velhas, e pertencendo a ela o Termo de Santa Luzia do Rio das Velhas. Na tabela estabelecida pela Lei nº 912, de 23 de setembro de 1925, aparece a comarca com a denominação de Comarca de Santa Luzia.

*Cidade de Santa Luzia*

Denominações antigas<sup>8</sup>: Bom Retiro, Santa Luzia do Rio das Velhas.

A Freguesia de Santa Luzia, no Município de Sabará, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Santa Luzia, pela Lei nº 317, de 18 de março de 1847. Foi suprimida pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, sendo restaurada, em 1856, pela Lei nº 755, de 30 de abril de 1856. Foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Cidade de Santa Luzia pela Lei nº 860, de 14 de maio de 1858. Na divisão judiciária e administrativa do Estado de Minas Gerais, estabelecida pela Lei nº 11, de 1891, a Cidade de Santa Luzia deu-se uma nova denominação ao município de Santa Luzia, passando a chamar-se Santa Luzia do Rio das Velhas. Somente em 1924 foi alterada sua denominação para Município de Santa Luzia, através da Lei nº 860, de 9 de setembro de 1924.

## 3 Comarca do Rio das Mortes - atual Comarca de São João del-Rei

Ainda, no ano de 1885, no quadro referente à divisão da província, apresentado no *Almanak da Província de Minas Gerais*, de 1885, esta comarca aparece com o nome de Comarca do Rio das Mortes, mas, pela Lei nº 11, de 1891, já aparece com a denominação de Comarca de São João del-Rei, recebendo o nome da cidade-sede.

*Cidade de São João del-Rei*

Denominações antigas: São João, Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, Arraial Novo, Rio das Mortes.

A cidade de São João del-Rei originou-se, em fins do séc. XXVII, do antigo Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. O português Manoel José de Barcelos encontra ouro na encosta sul da Serra do Lenheiro, num local chamado Tejuco. Aí se fixa o primeiro núcleo de povoamento que daria origem ao Arraial Novo de Nossa de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde, em 1704, Arraial Novo do Rio das Mortes<sup>9</sup>.

Já bastante próspera, em 8 de dezembro de 1713, foi criada a Vila de São João del-Rei, no Arraial Velho do Rio das Mortes. A palavra “mortes” enuncia as mortes daqueles que lutaram na Guerra dos Emboabas, rememorando o massacre de paulistas pelos emboabas, nas proximidades da atual Cidade de São João del-Rei<sup>10</sup>. Essa vila pertenceu à Comarca do Rio das Mortes desde sua criação. Recebeu o título de cidade pela Lei nº 93, de 6 de março de 1838.

## 4 Comarca do Serro Frio - atual Comarca do Serro

Em relação às notícias das riquezas auríferas do Serro Frio, Santos<sup>11</sup> descreve que:

A fama das riquezas auríferas do Serro Frio, descobertas nos últimos anos do século XVII, atraía grande número de aventureiros de todos os pontos da capitania de Minas e de outros lugares, que corriam em busca do ouro.

Pretende-se que o nome que derão a vasta extensão de terrenos, que depois constituiu uma das mais importantes comarcas da capitania, é a tradução da palavra *lviturhy*, que na língua indígena quer dizer *montanhas frias* em razão do aspecto montanhoso do paiz e da frialdade do clima.

Logo se fundou um pequeno arraial debaixo da invocação de Nossa Senhora da Conceição do Serro Frio, que depois se elevou a villa do Príncipe e é hoje a Cidade do Serro.

Foi criada pela Ordem Régia de 16 de março de 1720, desmembrando-se da Comarca do Rio das Velhas, pela Provisão de 26 de abril de 1721. Inicialmente formada pelo Termo de nome Vila do Príncipe, teve como primeiro Ouvidor o Dr. Antônio Rodrigues Banha, que tomou posse em 9 de novembro de 1721<sup>12</sup>. No ano de 1832, aparece a comarca nos decretos, grafada como Comarca do Serro Frio, e, em 1833, já aparece como Comarca do Serro. Pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, a comarca passou a chamar-se Comarca do Rio Santo Antônio, mudando novamente sua denominação para Comarca do Serro, pela Lei nº 2.107, de 7 de janeiro de 1875.

Cidade do Serro

<sup>8</sup> As Informações contidas no título ‘Denominações antigas’ desta nota histórica foram retiradas do link “Consulte: Publicações da Assembleia-Obras de Referência-Denominações Urbanas”, do site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

<sup>9</sup> Idem nota 7.

<sup>10</sup> MELLO, José Soares de. Emboabas. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1942.

<sup>11</sup> Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio, do Dr. J. Felício do Santos, Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 2, 1897.

<sup>12</sup> Memória histórica da Capitania de Minas Gerais, de José Joaquim da Rocha, Revista do Arquivo Mineiro, v. 2, 1897.

Denominações antigas: Serro Frio, Serro do Frio, Lavras Velhas do Serro, Ribeirão das Lavras Velhas, Vila do Príncipe.

“Em 1701, sob o nome de Lavras Velhas do Ivituruí, teve início o arraial que daria origem à atual Cidade do Serro, que foi centro da exploração de ouro na região”<sup>13</sup>. O arraial de Lavras Velhas do Serro ou Arraial do Ribeirão das Lavras Velhas foi elevado a vila em 29 de janeiro de 1714, com a denominação de Vila do Príncipe, tendo, posteriormente, as seguintes denominações: Serro do Frio, Serro Frio, até que, pela Lei nº 93, de 6 de março de 1838, esta vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade do Serro.

### 5 Comarca do Rio Paracatu - atual Comarca de Paracatu

Criada pelo Alvará de 17 de maio de 1815, no Distrito da Vila do Paracatu do Príncipe, desmembrando-se da Comarca do Rio das Velhas, tendo como Termos a Vila de Paracatu, Julgado do Salgado e Julgado de São Romão. A partir de 1840, já aparece com a denominação de Comarca de Paracatu.

*Cidade de Paracatu*

Denominações antigas: Piracatu, Arraial de Santana, Santo Antônio da Manga de Paracatu, São Luís e Santana das Minas de Paracatu, Paracatu do Príncipe.

O arraial do Paracatu foi erigido em vila com a denominação de Vila do Paracatu, da Comarca do Rio das Velhas, pelo Alvará de 20 de outubro de 1798. A partir da criação da Comarca do Rio Paracatu, essa vila tornou-se cabeça da comarca. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 163, de 9 de março de 1840, com o título de Cidade de Paracatu.

### 6 Comarca do Rio São Francisco - atual Comarca de São Francisco

Criada pelo Alvará de 3 de junho de 1820, desmembrada da Comarca do Sertão de Pernambuco, tendo como Termos a Vila de São Francisco das Chagas, vulgarmente chamada de Barra; a de Pilão Arcado e as povoações do Campo Largo e Carunhanha, sendo a cabeça da comarca a Vila de São Francisco da Barra. Pela Resolução de 30 de junho de 1833, que estabeleceu uma nova divisão da Província de Minas Gerais, esta comarca ficou composta dos Termos das Vilas de Formigas e São Romão, criadas pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, a Vila do Salgado, criada pela Resolução de 1833, e o Julgado da Barra do Rio das Velhas, que foi transferido para esta comarca mediante a Resolução de 1833. Pela Lei nº 11, de 1891, a comarca passou a denominar-se, apenas, Comarca de São Francisco, pertencendo a ela o Município de São Francisco. Pela Lei nº 375, de 19 de

setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de São Francisco foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de São Francisco*

Denominações antigas: Pedra dos Angicos, São José das Pedras dos Angicos.

Por Resolução da Assembleia Geral de 13 de outubro de 1831, foi a povoação de São Romão elevada a vila. A Vila Risonha de São Romão foi transferida para o Arraial das Pedras dos Angicos por Leis Provinciais de nº 1.755, de 30 de março de 1871, e de nº 1.996, de 14 de novembro de 1873. Elevada à categoria de cidade, com a denominação atual de Cidade de São Francisco, pela Lei nº 2.416, de 5 de novembro de 1877.

### 7 Comarca do Rio Paraibuna - atual Comarca de Juiz de Fora

Criada pela Resolução de 30 de junho de 1833, compreendia os Termos das Vilas de Barbacena, Baependi e Pomba. A comarca deixou o nome de Paraibuna e recebeu o nome de Comarca de Juiz de Fora, pela Lei nº 11, de 1891.

*Cidade de Juiz de Fora*

Denominações antigas: Santo Antônio do Paraibuna, Paraibuna, Santo Antônio do Juiz de Fora.

Em 1850, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Santo Antônio do Paraibuna, a Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, através da Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, e passou a pertencer a Comarca do Rio Paraibuna. Esta vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade de Paraibuna, pela Lei nº 759, de 2 de maio de 1856, e pela Lei nº 1.262, de 19 de dezembro de 1865, passou a denominar-se Cidade do Juiz de Fora.

### 8 Comarca do Rio Sapucaí - atual Comarca de Lavras

Criada pela Resolução de 30 de junho de 1833, compreendia os Termos das Vilas da Campanha, Jacuí e Pouso Alegre. Pela Lei nº 2.995, de 19 de outubro de 1882, a Comarca do Sapucaí passou a denominar-se Comarca de Lavras, tendo como sede a Cidade de Lavras.

*Cidade de Lavras*

Denominações antigas: Funil do Rio Grande, Lavras do Funil, Santana das Lavras do Funil.

Pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, foi criada a vila na povoação das Lavras do Funil com a denominação de Vila das Lavras do Funil, sendo elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.510, de 20 de julho de 1868.

<sup>13</sup> Idem nota 7.

No ano de 1870, a cidade ficou pertencendo à Comarca do Sapucaí.

### **9 Comarca do Rio Jequitinhonha - atual Comarca de Minas Novas**

Foi criada pela Resolução de 30 de junho de 1833; compreendia os Termos das Vilas de Minas Novas e Rio Pardo. A comarca passou a denominar-se Comarca de Minas Novas, através da Lei nº 11, de 1891.

*Cidade de Minas Novas*

Denominações antigas: Bom Sucesso, Nossa Senhora do Bom Sucesso, Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, Fanado das Minas Novas, Minas Novas do Fanado.

A Vila de Minas Novas, sede da comarca, foi criada em 2 de outubro de 1720, no Arraial dos Fanados das Minas Novas do Araçuaí, com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí ou, também, Fanado das Minas Novas (pertencendo, na época, à Comarca de Jacobina, na Bahia). Elevada à categoria de cidade, com a denominação de Minas Novas, pela Lei nº 163, de 9 de março de 1940.

### **10 Comarca do Rio Grande**

Foi criada através da Lei nº 134, de 16 de março de 1839, compreendendo os Municípios de Tamanduá, de Oliveira e da Vila Nova da Formiga. Presume-se que esta comarca foi suprimida, pois a mesma não aparece na divisão judiciária e administrativa do Estado de Minas Gerais, estabelecida pela Lei nº 11, de 1891. No ano de 1881, ela compunha-se dos Termos de Formiga, Piumhi e Bambuí, mas, no ano de 1883, foi criada a Comarca de Piumhi e dela faziam parte os Termos de Piumhi e Bambuí, e, em 1891, foram criadas as Comarcas de Formiga e Bambuí, por conseguinte, concluiu-se que foi suprimida.

### **11 Comarca do Rio Verde - atual Comarca de Campanha**

Foi criada, através da Lei nº 134, de 16 de março de 1839, compreendendo os Municípios de Campanha, Baependi e Aiuruoca. Foi suprimida pela Lei nº 1.266, de 22 de dezembro de 1865, sendo restaurada pela Lei nº 1.666, de 16 de setembro de 1870, ficando a Lei nº 1.266, de 1865, revogada. A comarca deixou o nome de Rio Verde, passando a denominar-se Comarca de Campanha, pela Lei nº 11, de 1891.

*Cidade de Campanha*

Denominações antigas: Campanha da Princesa da Beira, Campanha do Rio Verde, Santo Antônio do Vale da Piedade do Rio Verde, São Cipriano.

Em 20 de outubro de 1798, foi criada a Vila da Campanha da Princesa, no Arraial da Campanha do Rio Verde. Foi elevada à categoria de cidade, com o título de

Cidade da Campanha, pela Lei nº 163, de 9 de março de 1940.

### **12 Comarca do Paraná - atual Comarca de Uberaba**

Foi criada, através da Lei nº 171, de 23 de março de 1840, compreendendo os Municípios de Santo Antônio do Uberaba e Araxá. No ano de 1870, a comarca foi suprimida pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, e novamente criada pela Lei nº 2.211, de 2 de junho de 1876, composta apenas do Termo do Uberaba. A partir da Lei nº 2.500, de 12 de novembro de 1878, a comarca mudou sua denominação para Comarca de Uberaba.

*Cidade de Uberaba*

Denominações antigas: Oberava, Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba, Santo Antônio do Uberaba.

O povoado denominado de Farinha Podre, ainda depois de ter sido elevado a distrito, pertencia à Província de Goiás, mas a Provisão Régia de 1816 anexou o povoado à Província de Minas Gerais. Pelo Decreto Real de 2 de março de 1820, esse distrito foi elevado à categoria de paróquia. Pela Lei nº 28, de 22 de fevereiro de 1836, foi elevado à categoria de vila o Arraial de Santo Antônio do Uberaba, passando a cidade pela Lei nº 759, de 2 de maio de 1856, com a denominação de Cidade de Uberaba.

### **13 Comarca do Piracicava (Piracicaba) - atual Comarca de Itabira**

Foi criada pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, compreendendo os Municípios de Santa Bárbara, Itabira e Caeté. Deixou o nome de Piracicaba pela Lei nº 11, de 1891, passando a chamar-se Comarca de Itabira. O Decreto-lei nº 839, de 13 de junho de 1942, dá uma nova denominação à comarca, passando esta a chamar-se Comarca Presidente Vargas. Pelo Decreto nº 2.430, de 5 de março de 1947, ficou restabelecida a antiga denominação de Comarca de Itabira.

*Cidade de Itabira*

Denominações antigas: Nossa Senhora do Rosário de Itabira, Itabira do Mato Dentro, Presidente Vargas.

Foi criada pela Resolução de 30 de junho de 1833, no Arraial e Freguesia da Itabira de Mato Dentro. Elevada à categoria de Cidade com a denominação de Cidade de Itabira de Mato Dentro, pela Lei nº 374, de 9 de outubro de 1848. O Decreto-lei nº 839, de 13 de junho de 1942, deu ao Município a denominação de Presidente Vargas. O Governo do Estado de Minas Gerais tomou essa medida considerando que o

Presidente Getúlio Vargas, ao assinar os acordos com os Governos da Inglaterra e Estados Unidos, para exploração das jazidas de minério de ferro de Itabira e desenvolvimento do Vale do Rio Doce, solucionou o maior problema econômico do Estado de Minas Gerais;

Considerando que o povo mineiro deseja prestar ao Chefe da Nação uma homenagem que assinala o contentamento que lhe trouxe essa importante resolução do seu benemérito Governo;

Considerando que nenhum ato traduziria melhor esse sentimento que dar à antiga cidade de Itabira, onde se acham aquelas jazidas, o nome do Presidente Getúlio Vargas;

Considerando que o povo de Itabira deseja essa mudança de denominação; [...]<sup>14</sup>.

Mas, pelo Decreto nº 2.430, de 5 de março de 1947, foi restabelecida a antiga denominação de Itabira para o Município de Presidente Vargas.

#### 14 Comarca do Rio Pomba (Pomba) - atual Comarca de Rio Pomba

Foi criada pela Lei nº 464, de 22 de abril de 1850, compreendendo os Municípios da Pomba, Piranga, Presídio e São João Nepomuceno. Suprimida pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855. Mas, pela Lei nº 946, de 6 de junho de 1858, foi novamente criada, composta dos Termos do Pomba, Leopoldina e Mar de Espanha. Novamente, foi suprimida pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870. Criada pela Lei nº 3.121, de 18 de outubro de 1883, a Comarca de Pomba ficou composta do município do mesmo nome. Pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mudou a denominação da comarca para Rio Pomba.

*Cidade do Rio Pomba*

Denominações antigas: Mártir São Manuel dos Sertões do Rio do Pomba e Peixe dos Índios Croatas e Coropós, Pomba, São Manuel do Pomba.

Foi criada a vila, pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, na povoação de São Miguel da Pomba. A Vila do Pomba foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade do Pomba; pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mudou-se a denominação da Cidade para Rio Pomba.

#### 15 Comarca do Pará (Rio Pará) - atual Comarca de Pará de Minas

Foi criada pela Lei nº 464, de 22 de abril de 1850, compreendendo os Municípios de Pitangui e Bonfim. Foi suprimida pela Lei nº 524, de 23 de setembro de 1851. Pela Lei nº 1.391, de 14 de novembro de 1966, foi criada a Comarca do Rio Pará, compreendendo os Municípios de Tamanduá, Formiga e Oliveira. Foi suprimida novamente pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870. Pela Lei nº 2.131, de 11 de outubro de 1875, foi criada a Comarca do Pará, compreendendo os Municípios de Bonfim e Pará. Os Municípios de Bonfim e Pará foram encaminhados para outras comarcas, através da Lei nº 2.455, de 19 de outubro de 1878, concluindo-se que

a Comarca do Pará havia sido suprimida. Somente em 1891, pela Lei nº 11, a Comarca do Pará reapareceu na divisão judiciária e administrativa do Estado composta do termo de mesmo nome. Pela Lei nº 806, de 22 de setembro de 1921, a comarca passou a denominar-se Comarca de Pará de Minas.

*Cidade de Pará de Minas*

Denominações antigas: Patafúfio, Patafufu, Pará.

A vila foi criada pela Lei nº 386, de 9 de outubro de 1848, na Freguesia do Patafúfio, com a denominação de Vila do Patafúfio. Pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, foi suprimida esta vila. Fica restaurada a Vila do Patafúfio, com a denominação de Vila do Pará, através da Lei nº 882, de 8 de junho de 1858. Novamente foi suprimido o Município do Pará pela Lei nº 1.889, de 15 de julho de 1872. Pela Lei nº 2.081, de 23 de dezembro de 1874, foi criado o Município do Pará, sendo a Vila do Pará a sede do município. A Vila do Pará foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 2.416, de 5 de novembro de 1877. Sua denominação foi mudada para Cidade de Pará de Minas, pela Lei nº 806, de 22 de setembro de 1921.

#### 16 Comarca de Três Pontas

Foi criada pela Lei nº 464, de 22 de abril de 1850, compreendendo os Municípios de Três Pontas, Jacuí e Cabo Verde, sendo suprimida pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855. Criada novamente pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, compreendendo os Municípios de Três Pontas e Alfenas.

*Cidade de Três Pontas*

Denominações antigas: Candongas, Nossa Senhora da Ajuda das Três Pontas.

Pelo Decreto de 14 de julho de 1832, foi elevado a paróquia, na Comarca do Rio das Mortes, o Curato de Nossa Senhora da Ajuda das Três Pontas, sendo elevada a vila, com a denominação de Vila das Três Pontas, pela Lei nº 202, de 1º de abril de 1841. Passou à categoria de cidade pela Lei nº 801, de 3 de julho de 1857.

#### 17 Comarca do Parnaíba (Paranaíba) - atual Comarca de Araxá

Foi criada pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, compreendendo os Municípios de Araxá e Patrocínio. Pela Lei nº 2.995, de 19 de outubro de 1882, esta comarca passou a denominar-se Comarca do Araxá.

*Cidade de Araxá*

Denominação antiga: São Domingos do Araxá.

Foi criada a vila, pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, na povoação de São Domingos do Araxá, desmembrada do Município de Paracatu. Pela Lei nº 1.259,

<sup>14</sup> Texto referente ao Decreto-lei nº 839, de 13 de junho de 1942.

de 19 de dezembro de 1865, foi elevada à categoria de cidade a Vila de São Domingos do Araxá, com a mesma denominação.

### **18 Comarca do Jaguari - atual Comarca de Camanducaia**

Foi criada pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, compreendendo os Municípios de Jaguari, Pouso Alegre e Itajubá. Pela Lei nº 1.160, de 19 de setembro de 1930, mudou-se a denominação da comarca para Comarca de Camanducaia.

*Cidade de Camanducaia*

Denominação antiga: Jaguari.

Pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, a Freguesia de Camanducaia foi incorporada à Vila de Pouso Alegre. Pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, a povoação de Camanducaia passou à vila, com o título de Vila do Jaguari. Pela Lei nº 1.527, de 20 de julho de 1868, foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação: Vila do Jaguari. Pela Lei nº 1.160, de 19 de setembro de 1930, mudou-se a denominação da cidade para Camanducaia.

### **19 Comarca de Baependi**

Foi criada pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, compreendendo os Municípios de Baependi, Aiuruoca e Cristina.

*Cidade de Baependi*

Denominações antigas: Mapendi, Maipendi, Mbaipendi.

Por Alvará de 19 de julho de 1814, foi criada a Vila de Santa Maria de Baependi, no Arraial de Baependi, da Comarca do Rio das Mortes. Pela Lei nº 759, de 2 de maio de 1856, ficou elevada à categoria de cidade a Vila de Baependi, com a mesma denominação.

### **20 Comarca do Indaiá - atual Comarca de Dolores do Indaiá**

Foi criada pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, compreendendo os Municípios do Bonfim, Pitangui e Dolores. Suprimida pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870. Restabelecida pela Lei nº 11, de 1891, com a denominação de Dolores do Indaiá.

*Cidade de Dolores do Indaiá*

Denominações antigas: Boa Vista, Capela de Nossa Senhora das Dolores, Nossa Senhora do Indaiá, Arraial das Dolores, Nossa Senhora das Dolores do Indaiá, Indaiá.

Vila criada pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, com a denominação de Vila de Nossa Senhora das Dolores do Indaiá. Pela Lei nº 524, de 23 de setembro de 1851, foi suprimida esta vila, sendo seu território incorporado ao Município de Pitangui. Foi restaurada a Vila de Nossa Senhora das Dolores do Indaiá pela Lei nº 623, de 30 de maio de 1853. Pela Lei nº 1.635, de 15 de setembro de

1870, a sede da Vila das Dolores do Indaiá foi transferida para a Freguesia de Nossa Senhora da Marmelada, com a denominação de Vila das Dolores da Marmelada (atual Cidade de Abaeté). Criou-se, novamente, o Município, elevando Dolores do Indaiá à categoria de vila, pela Lei nº 2.651, de 4 de novembro de 1880. Foi elevada a cidade pela Lei nº 3.333, de 8 de outubro de 1885. Pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi substituído o nome do Município de Dolores do Indaiá por Indaiá. Pela Lei nº 921, de 24 de setembro de 1926, o Município de Indaiá voltou à antiga denominação de Dolores do Indaiá.

### **21 Comarca de Muriaé**

Foi criada pela Lei nº 719, de 16 de maio de 1855, compreendendo os Municípios de Leopoldina, Mar de Espanha e Ubá.

*Cidade de Muriaé*

Denominações antigas: Sítio do Manuel Burgo, São Paulo do Muriaé.

A Freguesia de São Paulo do Muriaé foi elevada à categoria de vila, com a mesma denominação, pela Lei nº 724, de 16 de maio de 1855. Pela Lei nº 1.045, de 6 de julho de 1859, foi transferida a Vila de São Paulo do Muriaé para a povoação de Nossa Senhora do Patrocínio, com a denominação de Vila do Patrocínio do Muriaé. A Lei nº 1.045, de 1859, foi revogada e, através da Lei nº 1.089, de 7 de outubro de 1860, foi transferida a Vila do Patrocínio do Muriaé para a povoação de São Paulo do Muriaé, com a denominação de Vila de São Paulo do Muriaé. Pela Lei nº 1.257, de 25 de novembro de 1865, foi elevada à categoria de cidade a Vila de São Paulo do Muriaé, com a mesma denominação. Através da Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi substituído o nome do município e da respectiva sede para Muriaé.

### **22 Comarca do Rio Pardo - atual Comarca de Rio Pardo de Minas**

Criada pela Lei nº 946, de 6 de junho de 1858, composta dos Termos do Rio Pardo e Grão-Mogol. Foi suprimida pela Lei nº 1.507, de 20 de julho de 1868, mas, através da Lei nº 1.620, de 3 de novembro de 1869, essa Lei nº 1.507, de 1868, que suprimia a Comarca do Rio Pardo, foi revogada. O Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe a denominação de Rio Pardo de Minas.

*Cidade de Rio Pardo de Minas*

Denominação antiga: Rio Pardo.

Vila criada por Decreto Imperial de 13 de outubro de 1831. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.887, de 15 de julho de 1872. O Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe a denominação de Rio Pardo de Minas.

### 23 Comarca do Jequitaiá - atual Comarca de Montes Claros

Criada pela Lei nº 1.389, de 14 de novembro de 1866, composta pelos Municípios de Montes Claros e Guaicuí. Pela Lei nº 3.451, de 1º de outubro de 1887, a Comarca de Jequitaiá passou a denominar-se Comarca de Montes Claros.

*Cidade de Montes Claros*

Denominações antigas: Formigas, Jesus, Maria, José das Formigas, Montes Claros das Formigas.

Encontra-se no *Almanaque de Minas Gerais*, de 1873, que os moradores do arraial de Jesus, Maria, José das Formigas pediram, através de um requerimento despachado em 1819, ao rei o estabelecimento de um Julgado no arraial das Formigas. Em 1831, pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, a povoação de Formigas, na Comarca do Serro do Frio, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Montes Claros de Formigas. Pela Lei nº 802, de 3 de julho de 1857, foi elevada à categoria de cidade a Vila de Montes Claros de Formigas, com a denominação de Cidade de Montes Claros.

### 24 Comarca de Sabará

No ano de 1866, foi criada uma nova comarca que se denominou do Sabará, pela Lei nº 1.390, de 14 de novembro de 1866, a qual se desmembrou da Comarca do Rio das Velhas, formada pelos Termos de Sabará e Caeté. Conseqüentemente, a Comarca do Rio das Velhas ficou formada pelos Termos de Curvelo e Santa Luzia. Pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, a Comarca do Sabará foi suprimida, passando, novamente, a pertencer à Comarca do Rio das Velhas os Termos de Caeté e Sabará. Somente, em 1891, a Comarca do Sabará foi restabelecida pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta dos Termos de Sabará e Vila Nova de Lima. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Sabará foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Sabará*

Denominações antigas: Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Vila Real de Nossa Senhora da Conceição.

[...] O Capitão Matias Cardoso de Albuquerque chegou às margens do Rio das Velhas - uma encosta de terra muito fértil com uma fonte de água puríssima de beber - essa Roça Grande converteu-se em ponto obrigatório na travessia para o sertão e formou-se como povoado, sendo provavelmente o

mais antigo de Minas; em 1674, foi denominado Arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande<sup>15</sup>.

Em 1702, o Arraial da Barra do Sabará, surgido próximo a Roça Grande, era considerado o mais populoso de Minas. Em 17 de julho de 1711, foi criada, no Arraial e Barra de Sabará, a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, nome dado por ser Nossa Senhora da Conceição padroeira daquela paróquia. Essa vila era conhecida também por Vila do Sabará. Foi confirmada pela Provisão de 9 de janeiro de 1715, tornando-se sede da Comarca do Rio das Velhas. Foi elevada à condição de cidade com a denominação de Sabará, pela Lei nº 93, de 6 de março de 1838.

### 25 Comarca da Bagagem - atual Comarca de Estrela do Sul

Criada pela Lei nº 1.447, de 31 de dezembro de 1867, composta dos Municípios de Patrocínio, Bagagem e Patos. Suprimida pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870. Somente, em 1873, foi restabelecida pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, composta dos Termos da Bagagem e Uberaba. Pela Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, a Comarca da Bagagem passou a denominar-se Comarca de Estrela do Sul.

*Cidade de Estrela do Sul*

Denominações antigas: Bagagem, Nossa Senhora Mãe dos Homens da Bagagem, Diamantino da Bagagem, Cachoeiras.

Pela Lei nº 777, de 30 de maio de 1856, foi elevada à categoria de vila a povoação da Bagagem, do Município do Patrocínio, com a denominação de Vila da Bagagem. Pela Lei nº 1.101, de 19 de setembro de 1861, foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação. Pela Lei nº 319, de 16 de setembro de 1901, a Cidade da Bagagem passou a denominar-se Cidade de Estrela do Sul.

### 26 Comarca do Piranga - atual Comarca de Mariana

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta dos Municípios de Mariana, Piranga e Ponte Nova. Pelo Decreto nº 7, de 8 de janeiro de 1890, mudou-se a denominação da Comarca do Piranga para Comarca de Mariana. Era conveniente, portanto, a mudança de denominação desta comarca, com o intuito de evitar dúvidas, pois existia criada a Comarca do Pirapetinga, composta do Município de Piranga.

*Cidade de Mariana*

Denominações antigas: Ribeirão do Carmo, Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo, Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, Vila de Albuquerque.

<sup>15</sup> Idem nota 7.



“A origem da cidade remonta a 1696, quando foi fundado pelo Governador Antônio de Albuquerque o arraial do Ribeirão do Carmo”<sup>16</sup>. O termo de criação da vila data de 8 de abril de 1711, e, por ordem do Sr. Governador e Capitão-General Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, levantou-se uma vila no distrito e arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo com a denominação de Vila do Carmo e Albuquerque. Foi confirmada por Carta Régia de 14 de abril de 1712, sendo, porém, mudado o nome para Real Vila de Nossa Senhora do Carmo, eliminando-se a denominação de “Albuquerque”. Por Carta Régia de 23 de abril de 1745, ela foi elevada à categoria de cidade, mudando sua denominação para Cidade de Mariana, em homenagem à rainha D. Mariana da Áustria.

## 27 Comarca de Rio Novo

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta dos Municípios de Pomba, Leopoldina, Mar de Espanha e São João Nepomuceno.

*Cidade de Rio Novo*

Denominações antigas: Conceição do Rio Novo, Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo.

Pela Lei nº 471, de 1º de junho de 1850, foi elevada à paróquia o Curato da Conceição do Rio Novo. Pela Lei nº 1.644, de 13 de setembro de 1870, foi transferida a sede do Município de São João Nepomuceno para a povoação do Rio Novo, a qual foi elevada à categoria de vila. Pela Lei nº 1.837, de 10 de outubro de 1871, foi a Vila do Rio Novo elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, Cidade do Rio Novo.

## 28 Comarca de Prata

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta dos Municípios de Uberaba e Prata. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 12 de março de 1906. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de Prata*

Denominações antigas: Nossa Senhora do Monte do Carmo, Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, Carmo de Morrinhos.

Pela Lei nº 164, de 9 de março de 1840, foi elevado a paróquia o curato da Senhora do Carmo dos Morrinhos, do Município de Uberaba. Foi elevada à categoria de vila a Paróquia do Carmo de Morrinhos, com a denominação de Vila do Carmo de Morrinhos, pela Lei nº 363, de 30 de setembro de 1848. Essa vila foi suprimida pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, sendo restaurada pela Lei nº 668, de 27 de abril de 1854, com

a denominação de Vila do Prata. Com a Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, ela passou à categoria de cidade, com a mesma denominação.

## 29 Comarca de Jacuí - atual Comarca de Alfenas

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta dos Municípios de Jacuí e Passos. Pela Lei nº 3.276, de 30 de outubro de 1884, passou a chamar-se Comarca de Alfenas.

*Cidade de Alfenas*

Denominações antigas: São José de Alfenas, São José e Dores dos Alfenas, Vila Formosa de Alfenas.

Pela Lei nº 1.090, de 7 de outubro de 1860, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de São José de Alfenas, com a denominação de Vila Formosa. Foi elevada à categoria de cidade a Vila Formosa de Alfenas através da Lei nº 1.611, de 15 de outubro de 1869. Recebeu a denominação atual, Cidade de Alfenas, pela Lei nº 1.791, de 23 de setembro de 1871.

## 30 Comarca de Cabo Verde - atual Comarca de Caldas

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta pelos Municípios de Caldas, Cabo Verde e Vila Formosa de Alfenas. Pela Lei nº 2.087, de 24 de dezembro de 1874, mudou-se a denominação da comarca para Comarca de Caldas. No quadro da divisão territorial administrativa e judicial do Estado, estabelecido pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, deu-se uma nova denominação à comarca, passando a chamar-se Comarca de Parreiras. Pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, passou a denominar-se Comarca de Caldas.

*Cidade de Caldas*

Denominações antigas: Campos de Caldas, Guarda de Caldas, Parreiras, Rio Verde de Caldas.

Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevada a vila a povoação de Caldas, desmembrada do Município da Campanha. Suprimida pela Lei nº 290, de 26 de março de 1846, foi transferida a sede da Vila de Caldas para a Povoação de Cabo Verde, no termo da mesma vila, com a denominação de Vila Nova de Cabo Verde. Pela Lei nº 452, de 20 de outubro de 1849, foi novamente elevada à categoria de vila a Freguesia de Caldas, com a denominação de Vila de Caldas. Pela Lei nº 973, de 2 de junho de 1859, foi elevada à categoria de cidade com a mesma denominação. O nome da cidade foi mudado para Parreiras, em virtude do Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Restituída sua denominação anterior, Cidade de Caldas pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948.

<sup>16</sup> Idem nota 7.

### 31 Comarca de Pitangui

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, composta pelos Municípios de Pitangui, Dolores do Indaiá e Curvelo.

*Cidade de Pitangui*

Denominações antigas: Vila Nova do Infante das Minas de Pitangui, Nossa Senhora da Piedade de Pitangui.

A vila foi criada no distrito de Pitangui, em 9 de junho de 1715, com a denominação de Vila de Nossa Senhora da Piedade<sup>17</sup>. Pela Lei nº 731, de 16 de maio de 1855, foi elevada à categoria de cidade a Vila de Pitangui.

### 32 Comarca do Paraopeba (Rio Paraopeba) - atual Comarca de Curvelo

Criada pela Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, era composta dos Municípios de Pará, Bonfim e Santo Antônio do Monte. Pela Lei nº 11, de 1891, passou a denominar-se Comarca de Curvelo.

*Cidade de Curvelo*

Denominações antigas: Santo Antônio da Estrada, Santo Antônio do Curvelo.

Pelo Decreto de 13 de outubro de 1831, foi criada a vila na povoação do Curvelo. Pela Lei nº 2.153, de 15 de novembro de 1875, a Vila do Curvelo foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação.

### 33 Comarca de Queluz - atual Comarca de Conselheiro Lafaiete

Criada pela Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, composta dos Termos de Queluz e Bonfim. Pelo Decreto nº 11.274, de 27 de março de 1934, foi mudada para Conselheiro Lafaiete o nome da Comarca de Queluz.

*Cidade de Queluz*

Denominações antigas: Carijós, Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre dos Carijós, Queluz.

O ato de criação da Real Vila de Queluz, desmembrada do Termo da Vila de São José, na Comarca do Rio das Mortes, deu-se no dia 19 de setembro de 1790, no Arraial de Carijós. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.276, de 2 de janeiro de 1866, conservando o mesmo nome. Somente em 27 de março de 1934, pela Lei nº 11.274, foi mudado para Conselheiro Lafaiete o nome da cidade.

### 34 Comarca do Rio Dourados - atual Comarca de Patrocínio

Criada pela Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, composta dos Termos de Bagagem, Patos e Patrocínio.

Passou a chamar-se, pela Lei nº 11, de 1891, Comarca de Patrocínio. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Patrocínio foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de Patrocínio*

Denominações antigas: Catiguá, Salitre, Nossa Senhora do Patrocínio.

Pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, a povoação de Nossa Senhora do Patrocínio foi elevada a vila. Em 13 de novembro de 1873, com a Lei nº 1.995, a Vila do Patrocínio passou à categoria de cidade, mantendo a mesma denominação.

### 35 Comarca de Itapecerica

Criada pela Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, composta dos Termos de Tamanduá e Santo Antônio do Monte.

*Cidade de Itapecerica*

Denominações antigas: Tamanduá, São Bento do Tamanduá.

A criação da Vila de São Bento do Tamanduá, na Comarca do Rio das Mortes, deu-se no dia 20 de novembro de 1789, no Arraial de São Bento do Tamanduá. Pela Lei nº 1.148, de 4 de outubro de 1862, foi elevada à categoria de cidade a Vila de São Bento do Tamanduá, com a mesma denominação. Com a Lei nº 2.995, de 1882, a Cidade do Tamanduá passou a chamar-se Cidade de Itapecerica.

### 36 Comarca de Itajubá

Criada pela Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, composta dos Termos de Itajubá e São José do Paraíso.

*Cidade de Itajubá*

Denominações antigas: Boa Vista, Boa Vista de Itajubá.

Pela Lei nº 355, de 27 de setembro de 1848, foi elevada a vila a Freguesia da Boa Vista de Itajubá, do Município da Campanha, com a mesma denominação. Com a Lei nº 1.149, de 4 de outubro de 1862, a Vila de Itajubá passou à categoria de cidade.

### 37 Comarca de Leopoldina

Criada pela Lei nº 1.867, de 15 de julho de 1872, composta dos Termos da Leopoldina e Pomba.

*Cidade de Leopoldina*

<sup>17</sup> A Revista do Arquivo Público Mineiro, de 1897, transcreveu a carta patente de mestre de campo Antônio Pires de Ávila, na qual faz referência ao dia da criação da Vila de Pitangui. A carta foi extraída do v. 1, p. 28-29, dos Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, por Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.

Denominações antigas: Feijão Cru, São Sebastião do Feijão Cru.

Pela Lei nº 666, de 27 de abril de 1854, no art. 1º, o Distrito de São Sebastião do Feijão Cru foi elevado à freguesia, e, no art. 2º, a Freguesia de São Sebastião do Feijão Cru passou à categoria de vila, com a denominação de Vila Leopoldina. Foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 1.116, de 16 de outubro de 1861.

### 38 Comarca de Itapirassaba - atual Comarca de Januária

Criada pela Lei nº 1.868, de 15 de julho de 1872, composta do Termo da Januária. Pela Lei nº 3.194, de 23 de setembro de 1884, passou a chamar-se Comarca da Januária.

*Cidade de Januária*

Denominações antigas: Brejo do Amparo, Nossa Senhora do Amparo, Brejo do Salgado, Porto do Salgado, Amparo do Brejo do Salgado.

A Resolução de 30 de junho de 1833 elevou à categoria de vila o Julgado do Salgado. Através da Lei nº 54, de 9 de abril de 1836, foi transferida a Vila de Januária, com a mesma denominação, para o Arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado. Mais tarde, foi transferida a sede da Vila Januária para a povoação do Porto do Salgado, pela Lei nº 279, de 11 de abril de 1845. No ano de 1850, pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850, foi novamente transferida a sede da Vila Januária para a povoação do Brejo do Salgado. Pela Lei nº 1.093, de 7 de outubro de 1860, foi elevada à categoria de cidade a Vila Januária, com a mesma denominação. Novamente, pela Lei nº 1.814, de 30 de setembro de 1871, foi transferida para o Arraial de Nossa Senhora do Brejo do Amparo a sede do município da Cidade de Januária, mas a Lei nº 3.297, de 27 de agosto de 1883, revogou a Lei nº 1.814, de 1871.

### 39 Comarca do Rio Turvo - atual Comarca de Ponte Nova

Criada pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, composta dos Termos da Ponte Nova e Santa Rita do Turvo. Pela Lei nº 3.125, de 18 de outubro de 1883, passou a chamar-se Comarca da Ponte Nova.

*Cidade de Ponte Nova*

Denominação antiga: Rio Turvo.

Foi elevada à categoria de vila a Freguesia da Ponte Nova, desmembrada do Município de Mariana, pela Lei nº 827, de 11 de julho de 1857. Foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 1.300, de 30 de outubro de 1866.

### 40 Comarca de Diamantina

Criada pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, composta dos Termos da Diamantina e São João Batista.

*Cidade de Diamantina*

Denominação antiga: Tijuco.

A região foi povoada por desbravadores em busca do ouro nas Minas Gerais. Fundaram o Arraial do Tijuco na margem direita do córrego com o mesmo nome, em 1713, mas esse só começou a se desenvolver com o descobrimento de diamantes nas suas proximidades após 1720. Em 1734, o Arraial do Tijuco passou a Distrito Diamantino [...]<sup>18</sup>.

Por Decreto de 13 de outubro de 1831, foi elevada à categoria de vila a povoação de Tejuco. Costa (2010) declara que, dentre as fontes consultadas, não foi encontrado "ato oficial que declarasse expressamente mudado o nome de Tijuco para Diamantina". No ato do Presidente da Província de Minas Gerais, de 30 de junho de 1833, no § 6º do art. 2º, encontram-se as duas denominações Tejuco e Diamantina:

Art. 2º A Provincia de Minas Geraes é dividida em nove Comarcas, e são as seguintes: [...]

§ 6º A comarca do Serro, compreendendo os Termos das Villas do Principe, Tejuco, ou Diamantina, e Curvello (grifo nosso).

No ano de 1836, na Lei nº 45, de 16 de abril de 1836, já aparecia a Vila do Tejuco grafada como Vila de Diamantina. Foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade de Diamantina, pela Lei nº 93, de 6 de março de 1838.

### 41 Rio Lambari - atual Comarca de Oliveira

Criada pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, composta dos Termos da Oliveira e Bom Sucesso. Pela Lei nº 11, de 1891, passou a chamar-se Comarca de Oliveira.

*Cidade de Oliveira*

Denominação antiga: Nossa Senhora da Oliveira.

Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevada à categoria de vila a povoação de Nossa Senhora da Oliveira. Em 19 de setembro de 1861, pela Lei nº 1.102, a Vila da Oliveira passou à categoria de cidade.

### 42 Comarca de Barbacena

Criada pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873, composta dos Termos de Barbacena e Vila Bela do Turvo.

*Cidade de Barbacena*

<sup>18</sup> Idem nota 7.

Denominações antigas: Campolide, Igreja Nova, Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo.

Foi criada, em 14 de agosto de 1791, a Vila de Barbacena, no Arraial da Igreja Nova de Campolide, desmembrada do Termo da Vila de São José. Recebeu o título de Nobre e muito Leal Vila de Barbacena pelo Decreto de 24 de fevereiro de 1823. Pela Lei nº 163, de 9 de março de 1840, foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Nobre e muito Leal Cidade de Barbacena.

#### 43 Comarca de Araçuaí (Rio Araçuaí)

Criada pela Lei nº 2.082, de 23 de dezembro de 1874, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Araçuaí*

Denominações antigas: Boa Vista da Barra do Calhau, Calhau.

Antiga Freguesia do Calhau. Vila criada, com a denominação de Vila de Araçuaí, pela Lei nº 803, de 3 de julho de 1857. Pela Lei nº 1.262, de 19 de dezembro de 1865, foi restaurada, em seu inteiro vigor, a lei provincial antecedente, que elevou à categoria de Vila a Freguesia do Calhau, com a denominação de Vila do Araçuaí. Pela Lei nº 1.673, 20 de setembro de 1870, foi declarado que a Lei nº 803, de 1857, continuava em seu inteiro vigor. Somente depois de confirmada a criação da Vila do Araçuaí, pelas Leis nº 1.262, de 1865, e nº 1.673, de 1870, foi que se deu sua instalação. Foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 1.780, 21 de setembro de 1871. Tomou a denominação de Cidade de Calhau, pela Lei nº 3.326, de 5 de outubro de 1885. Pela Lei nº 3.485, de 4 de outubro de 1887, restabeleceu-se a sua denominação, Cidade do Araçuaí.

#### 44 Comarca de Passos

Criada pela Lei nº 2.203, de 1º de junho de 1876, composta dos Municípios de Passos e do Carmo do Rio Claro.

*Cidade de Passos*

Denominações antigas: Senhor Bom Jesus dos Passos, Vila Formosa dos Passos.

Foi elevada à categoria de Vila a Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Passos, desmembrada do Município de Jacuí, com a denominação de Vila Formosa do Senhor Bom Jesus dos Passos pela Lei nº 386, de 9 de outubro de 1848. Foi elevada à categoria de cidade a Vila de Passos, com a mesma denominação pela Lei nº 854, de 14 de maio de 1858.

#### 45 Comarca do Rio Santo Antônio - atual Comarca de Conceição do Mato Dentro

Criada pela Lei nº 2.204, de 1º de junho de 1876, composta do Município da Conceição do Serro. Pela

Lei nº 11, de 1891, passou a chamar-se Comarca de Conceição do Serro. Na organização judiciária do Estado de Minas Gerais estabelecida pela Lei nº 912, de 23 de setembro de 1925, a Cidade de Conceição do Serro apareceu grafada como Comarca de Conceição. Pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, mudou sua denominação para Comarca de Conceição do Mato Dentro.

*Cidade de Conceição do Mato Dentro*

Denominações antigas: Conceição, Conceição do Serro.

Foi elevada a condição de vila a povoação da Conceição do Serro com o título de Vila da Conceição, pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840. Pela Lei nº 553, de 10 de outubro de 1851, a Vila da Conceição do Serro foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação. No quadro da divisão administrativa do Estado de Minas Gerais estabelecido pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, a Cidade de Conceição do Serro apareceu grafada como Cidade de Conceição, bem como na organização judiciária do Estado de Minas Gerais estabelecida pela Lei nº 912, de 23 de setembro de 1925. Pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, mudou sua denominação para Conceição do Mato Dentro.

#### 46 Comarca de Passa-Quatro - atual Comarca de Cristina

Criada pela Lei nº 2.205, de 1º de junho de 1876, composta dos Termos da Cristina e Pouso Alto. Pela Lei nº 2.273, de 8 de julho de 1876, mudou sua denominação para Comarca da Cristina. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 27 de novembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que criava uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Cristina*

Denominações antigas: Cumquibus, Espírito Santo do Cumquibus.

Foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Cristina, a Paróquia do Espírito Santo dos Cumquibus, pela Lei nº 485, de 19 de junho de 1850. Em 15 de julho de 1872, pela Lei nº 1.885, passou à categoria de cidade, com a mesma denominação.

#### 47 Comarca de São João Batista - atual Comarca de Itamarandiba

Inicialmente, a Comarca do Itamarandiba foi criada pela Lei nº 2.209, de 2 de junho de 1876, composta do Termo da Cidade de São João Batista, desmembrado da Comarca do Jequitinhonha. Pela Lei nº 11, de 1891, passou a chamar-se Comarca de São João Batista. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 1º de outubro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da

Lei nº 375, de 1903, que estipulava uma nova divisão judiciária. Na organização judiciária do Estado de Minas Gerais estabelecida pela Lei 912, de 23 de setembro de 1925, a comarca recebeu a denominação de Comarca de Itamarandiba.

*Cidade de Itamarandiba*

Denominação antiga: São João Batista.

Pela Lei nº 1.136, de 24 de setembro de 1862, foi elevada à categoria de vila a povoação de São João Batista, do Termo de Minas Novas, com o título de Vila de São João Batista. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.780, de 21 de setembro de 1871, com a mesma denominação da vila. No quadro da divisão administrativa do Estado de Minas Gerais estabelecido pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, a Cidade de São João Batista teve o nome do município e da respectiva sede substituídos para Município de Itamarandiba.

#### **48 Comarca de Rio Preto**

Criada pela Lei nº 2.210, 2 de junho de 1876, composta dos Termos do Rio Preto e do Turvo. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Rio Preto foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de Rio Preto*

Denominações antigas: Rio Preto do Presídio, Senhor dos Passos do Rio Preto, Presídio do Rio Preto, Senhor dos Passos do Presídio.

Antiga Freguesia do Presídio do Rio Preto. Pela Lei nº 271, de 15 de abril de 1844, foi elevada à categoria de vila a povoação do Rio Preto, desmembrada do município da Cidade de Barbacena, com o título de Vila do Senhor dos Passos do Rio Preto. Suprimida pela Resolução nº 285, de 12 de março de 1846. Foi elevado à categoria de vila o Arraial do Presídio do Rio Preto, com a denominação de Vila do Presídio do Rio Preto, pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850. Pela Lei nº 665, de 27 de abril de 1854, foi suprimida esta vila. Novamente, foi criada pela Lei nº 835, de 11 de julho de 1857, com a denominação de Vila do Rio Preto. Pela Lei nº 1.191, de 27 de julho de 1864, foi transferida a sede da Vila do Senhor dos Passos do Rio Preto para a povoação de Nossa Senhora do Porto do Turvo do Município da Aiuruoca, que passou a ter a denominação de Vila Bela do Turvo. Pela Lei nº 1.644, de 13 de setembro de 1870, foi transferida a sede do Município do Turvo para a povoação de Nosso Senhor dos Passos do Rio Preto, sendo elevada à categoria de vila com a denominação de Município do Rio Preto. Pela Lei nº 1.781, de 21 de setembro de 1871, a Vila do Rio Preto passou à categoria de cidade, com a mesma denominação.

#### **49 Comarca de Ubá**

Criada pela Lei nº 2.212, de 2 junho de 1876, composta do Termo de São Januário do Ubá.

*Cidade de Ubá*

Denominação antiga: São Januário de Ubá.

Vila criada pela Lei nº 654, de 17 de junho de 1853, que transferiu a sede da Vila do Presídio para o Arraial de São Januário do Ubá, com a denominação de Vila de São Januário do Ubá. Pela Lei 1.573, de 22 de julho de 1868, a sede do Município do Ubá foi transferida para a Freguesia do Presídio, mudando a denominação para Cidade de São João Batista do Presídio. Pela Lei 1.755, de 30 de março de 1871, ficou em seu inteiro vigor § 1º do art. 1º da Lei 654, de 1853, que transferia a sede da Vila do Presídio para o Arraial de São Januário do Ubá, com a denominação de Vila de São Januário do Ubá. Foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade do Ubá, pela Lei nº 806, de 3 de julho de 1857.

#### **50 Comarca de Mar de Espanha**

Criada pela Lei nº 2.273, de 8 de julho de 1876, composta do termo de mesmo nome.

*Cidade de Mar de Espanha*

Denominações antigas: Cágado, Mercês do Cágado.

Pela Lei nº 514, de 10 de setembro de 1851, a sede da Vila de São João Nepomuceno foi transferida para o Arraial do Cágado, com a denominação de Vila do Mar de Espanha. Pela Lei nº 997, de 27 de junho de 1859, foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação da vila.

#### **51 Comarca de Sete Lagoas**

Criada pela Lei nº 2.455, de 19 de outubro de 1878, composta dos Termos de Sete Lagoas e Pará. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou a 5 de julho de 1909. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que criava uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Sete Lagoas*

Pela Lei nº 1.395, de 24 de novembro de 1867, foi elevado à categoria de vila o Arraial de Sete Lagoas, conservando a mesma denominação. Em 30 de novembro de 1880, com a Lei nº 2.672, a Vila de Sete Lagoas passou à categoria de cidade.

#### **52 Comarca de Entre-Rios - atual Comarca de Entre-Rios de Minas**

Criada pela Lei nº 2.455, de 19 de outubro de 1878, composta dos Termos de Entre-Rios e do Bonfim. No quadro da divisão territorial administrativa e judicial

do Estado, estabelecido pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, a comarca passou a denominar-se Comarca de João Ribeiro. A Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, deu-lhe a denominação atual, Comarca de Entre-Rios de Minas.

*Cidade de Entre-Rios de Minas*

Denominações antigas: Brumado, Brumado do Suaçuí, Entre-Rios, João Ribeiro.

Município criado com a denominação de Município do Brumado de Suaçuí, pela Lei nº 2.109, de 7 de janeiro de 1875. Com a Lei nº 2.455, de 19 de outubro de 1878, este município passou a denominar-se Município de Entre-Rios. Foi elevada à categoria de cidade, com o mesmo nome, a Vila de Entre-Rios, pela Lei nº 2.579, de 3 de janeiro de 1880. Pelo Decreto-lei nº 148, de 17 de setembro de 1938, passou a denominar-se Cidade de João Ribeiro. A Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, deu-lhe a denominação atual, Cidade de Entre-Rios de Minas.

### 53 Comarca de Santo Antônio dos Patos - atual Comarca de Patos de Minas

Criada pela Lei nº 2.460, de 19 de outubro de 1878, composta dos Termos de Santo Antônio dos Patos e Carmo do Parnaíba. Na divisão judiciária estabelecida pelas Leis nºs 11, de 1891, 375, de 1903, e 663, de 18 de setembro de 1915, a Comarca de Santo Antônio dos Patos apareceu grafada como Comarca de Patos. A Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, mudou a denominação dessa comarca para Guaratinga. Porém, com o Decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946, a comarca recebeu o nome de Patos de Minas.

*Cidade de Patos de Minas*

Denominações antigas: Santo Antônio da Parnaíba dos Patos, Santo Antônio dos Patos, Patos, Guaratinga.

Pela Lei nº 1.291, de 30 de outubro de 1866, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de Santo Antônio dos Patos, com a mesma denominação. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, estabeleceu-se que as vilas-sedes de comarcas seriam elevadas à categoria de cidade. Dessa forma, a Vila de Santo Antônio dos Patos recebeu o título de cidade. Na divisão administrativa do Estado de Minas Gerais estabelecida pelas Leis nºs 11, de 1891, e 556, de 30 de agosto de 1911, a Cidade de Santo Antônio dos Patos apareceu grafada como Patos. A Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado de Minas Gerais, mudou a denominação para Guaratinga. Mas foi com o Decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946, que a cidade passou a chamar-se Patos de Minas.

### 54 Comarca de Pouso Alto

Criada pela Lei nº 2.462, de 19 de outubro de 1878, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei

nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Pouso Alto foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca. Pela Resolução nº 46, de 29 de dezembro de 1970, que contém a Organização Judiciária do Estado de Minas Gerais, foi suprimida a Comarca de Pouso Alto, e o Município de Pouso Alto passou a fazer parte da Comarca de São Lourenço.

*Cidade de Pouso Alto*

Denominação antiga: Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto.

Pela Lei nº 2.079, de 19 de dezembro de 1874, foi criado o Município de Pouso Alto, cuja sede foi a povoação do mesmo nome, a qual foi elevada à categoria de vila. A Vila de Pouso Alto, pela Lei nº 2.461, de 18 de outubro de 1878, passou à categoria de cidade.

### 55 Comarca de Bom Jardim - Comarca do Turvo - atual Comarca de Andrelândia

Criada a Comarca de Bom Jardim pela Lei nº 2.480, de 9 de novembro de 1878, composta dos Termos do Turvo e Aiuruoca. Pela Lei nº 11, de 1891, passou a chamar-se Comarca do Turvo. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca do Turvo foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca. Com a Lei nº 1.160, de 19 de setembro de 1930, passou a denominar-se Andrelândia.

*Cidade de Andrelândia*

Denominações antigas: Turvo Grande e Pequeno, Nossa Senhora do Porto do Turvo, Nossa Senhora da Conceição do Porto da Salvação, Vila Bela do Turvo, Turvo.

Pela Lei nº 1.191, de 27 de julho de 1864, foi transferida a sede da Vila do Senhor dos Passos do Rio Preto para a povoação de Nossa Senhora do Porto do Turvo, do Município de Aiuruoca, que passou a ter a denominação de Vila Bela do Turvo. Essa vila foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Cidade do Turvo, pela Lei nº 1.518, de 28 de julho de 1868. Em 13 de setembro de 1870, a Lei nº 1.644 criou o Município do Porto do Turvo, cuja sede era a Cidade do Turvo. Depois de chamar-se Porto do Turvo até 1930, o município, pela Lei nº 1.160, de 19 de setembro de 1930, recebe o topônimo de Andrelândia, em homenagem a um dos seus fundadores, André da Silveira.

### 56 Comarca de Santa Bárbara

Criada pela Lei nº 2.500, de 12 de novembro de 1878, composta dos Termos de Santa Bárbara e de Caeté.

*Cidade de Santa Bárbara*

Denominações antigas: Santo Antônio do Ribeirão de Santa Bárbara, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santa Bárbara do Mato Dentro.

Inicialmente, a povoação era conhecida como Santo Antônio do Rio Abaixo. Posteriormente, chamaram-na de Santa Bárbara, nome do ribeirão que banha a cidade. Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, a povoação de Santa Bárbara foi elevada a vila, com a mesma denominação. Passou à categoria de cidade pela Lei nº 881, de 6 de junho de 1858.

### **57 Comarca de Itatiaia - atual Comarca de Aiuruoca**

Criada pela Lei nº 2.647, de 8 de outubro de 1880, composta do Termo de Aiuruoca. Pela Lei nº 11, de 1891, a comarca passou a chamar-se Comarca de Aiuruoca.

*Cidade de Aiuruoca*

Denominações antigas: Iuruoca, Juruoca, Jeruoca, Ieruoca, Ioruoca, Ajuuruoca.

A Paróquia de Aiuruoca foi elevada à categoria de vila com a denominação de Aiuruoca, pelo Decreto nº 17, de 14 de agosto de 1834, desmembrada do Município de Baependi. Passou à categoria de cidade pela Lei nº 1.510, de 20 de julho de 1868.

### **58 Comarca de Filadélfia - atual Comarca de Teófilo Otoni**

Criada pela Lei nº 2.649, de 4 de novembro de 1880, composta do município do mesmo nome. Na divisão judiciária e administrativa do Estado de Minas Gerais estabelecida pela Lei nº 11, de 1891, a comarca apareceu grafada com a denominação de Comarca de Teófilo Otoni.

*Cidade de Teófilo Otoni*

Denominação antiga: Filadélfia.

Antiga povoação de Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia. Pela Lei nº 808, de 3 de julho de 1857, foi elevada a distrito de Paz e à categoria de paróquia a povoação de Filadélfia. Pela Lei nº 2.486, de 9 de novembro de 1878, foi criado o Município de Filadélfia, composto da freguesia do mesmo nome, elevada à categoria de cidade com a denominação de Cidade de Teófilo Otoni.

### **59 Comarca de Abaeté**

Criada pela Lei nº 2.651, de 4 de novembro de 1880, composta pelos Municípios de Dores do Indaiá e Abaeté. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 8 de junho de 1904. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estipulava uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Abaeté*

Denominações antigas: Marmelada, Arraial Novo da Marmelada, Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada, Dores da Marmelada.

Vila criada com a denominação de Dores da Marmelada pela Lei nº 1.635, de 15 de setembro de 1870, que transferiu para a Freguesia de Nossa Senhora da Marmelada a sede da Vila das Dores do Indaiá. Pela Lei nº 2.416, de 5 de novembro de 1877, foi elevada à categoria de cidade a Vila de Dores da Marmelada, com a denominação de Cidade de Abaeté.

### **60 Comarca de Grão-Mogol**

Criada pela Lei nº 2.653, de 4 de novembro de 1880, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Grão-Mogol*

Denominações antigas: Serrinha, Serra, Serra do Grão-Mogor, Serra do Santo Antônio do Grão-Mogol.

Antiga povoação da Serra do Grão-Mogol, que, no ano de 1840, pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila do Grão-Mogol. Passou à categoria de cidade a Vila da Serra de Santo Antônio do Grão-Mogol, com a mesma denominação, pela Lei nº 859, de 14 de maio de 1858.

### **61 Comarca de Manhuaçu (Rio Manhuaçu)**

Criada a Comarca do Rio Manhuaçu pela Lei nº 2.655, de 4 de novembro de 1880, composta dos Termos de São Lourenço do Manhuaçu e Santa Luzia do Carangola.

*Cidade de Manhuaçu*

Denominação antiga: São Lourenço do Manhuaçu.

Criado o Município de Manhuaçu, com sede na freguesia de São Simão, através da Lei nº 2.407, de 5 de novembro de 1877. Pela Lei nº 2.557, de 3 de janeiro de 1880, foi transferida para a povoação de São Lourenço, elevada à categoria de vila, a sede do Município de Manhuaçu. Foi elevada à categoria de cidade a Vila de São Lourenço do Manhuaçu pela Lei nº 2.766, de 13 de setembro de 1881.

### **62 Comarca do Paraíso (São José do Paraíso) - atual Comarca de Paraisópolis**

Criada a Comarca do Paraíso pela Lei nº 2.683, de 30 de novembro de 1880, composta dos Municípios de São José do Paraíso e Jaguari. Pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, passou a denominar-se São José do Paraíso. Pela Lei nº 765, de 10 de setembro de 1920, foi alterada a denominação da Comarca e Termo de São José do Paraíso para Paraisópolis.

*Cidade de Paraisópolis*

Denominações antigas: Campo do Lima, São José das Formigas, São José do Paraíso, Paraíso.

Pela Lei nº 1.396, de 26 de novembro de 1867, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de São José do Paraíso, com a denominação de Vila de São José do Paraíso. Suprimida pela Lei nº 1.587, de 24 de julho de 1868. Pela Lei nº 1.882, de 15 de julho de 1872, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de São José do Paraíso, com a denominação de Vila do Paraíso. Passou à categoria de cidade em virtude da Lei nº 2.084, de 24 de dezembro de 1874, com a denominação de São José do Paraíso, alterada para Paraisópolis com a Lei nº 621, de 15 de setembro de 1914.

### 63 Comarca de Muzambinho

Criada pela Lei nº 2.687, de 30 de novembro de 1880, composta dos Termos de Muzambinho e de São Sebastião do Paraíso.

*Cidade de Muzambinho*

Denominações antigas: São José da Boa Vista, São José da Boa Vista do Cabo Verde.

Pela Lei nº 2.500, de 12 de novembro de 1878, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de São José da Boa Vista, com a denominação de Vila do Muzambinho. Esta se tornou cidade pela Lei nº 2.687, de 30 de novembro de 1880.

### 64 Comarca de Piumhi

Criada pela Lei nº 3.122, de 18 de outubro de 1883, composta dos Municípios de Piumhi e Bambuí. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 29 de julho de 1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que criou uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Piumhi*

Denominações antigas: Piauí, Piauim.

Foi elevada a vila a povoação do Piumhi, com a mesma denominação, através da Lei nº 202, de 1º de abril de 1841. Pela Lei nº 1.510, de 20 de julho de 1868, passou à categoria de cidade a Vila do Piumhi, com a mesma denominação.

### 65 Comarca de Monte Alegre

Criada pela Lei nº 3.123, de 18 de outubro de 1883, composta dos Municípios de Monte Alegre e Brejo Alegre. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 19 de dezembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária. Pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Comarca e Termo de Toribatê. Pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948,

passou a denominar-se Comarca de Monte Alegre de Minas.

*Cidade de Monte Alegre de Minas*

Denominações antigas: Monte Alegre, São Francisco das Chagas do Monte Alegre, Toribatê.

Pela Lei nº 1.664, de 16 de setembro de 1870, foi elevada à categoria de vila a Paróquia de Monte Alegre com a mesma denominação. A Vila de Monte Alegre foi alçada à categoria de cidade pela Lei nº 2.556, de 3 de janeiro de 1880. Pela Lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, passou a chamar-se Cidade de Toribatê. Em 27 de dezembro de 1948, a Lei nº 336 alterou sua denominação para Cidade de Monte Alegre de Minas.

### 66 Comarca do Rio Doce - atual Comarca de Guanhães

Criada pela Lei nº 3.124, de 18 de outubro de 1883, composta dos Municípios de Guanhães e Suaçuí. Pelo Decreto nº 35, de 4 de abril de 1890, mudou-se a denominação da Comarca do Rio Doce para Comarca de São Miguel de Guanhães. Na divisão judiciária, estabelecida pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, a Comarca de São Miguel de Guanhães apareceu grafada como Comarca de Guanhães.

*Cidade de Guanhães*

Denominações antigas: São Miguel e Almas de Guanhães, São Miguel das Correntes, São Miguel de Guanhães.

Pela Lei nº 2.132, de 25 de outubro de 1875, a Paróquia de São Miguel e Almas foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de São Miguel de Guanhães. Esta vila, pela Lei nº 2.766, de 13 de setembro de 1881, passou à categoria de cidade, com a mesma denominação. No quadro da divisão administrativa do Estado estabelecido pela Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, o município apareceu grafado como Guanhães. Mas, somente através da Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, ficou estabelecida no art. 4 a mudança de nome do município e de sua respectiva sede.

### 67 Comarca de Rio Carmo

Criada pela Lei nº 3.130, de 18 de outubro de 1883, composta do Município de Mariana, mas no ano seguinte, através da Lei nº 3.273, de 30 de outubro de 1884, foi revogada a lei que criou esta comarca.

### 68 Comarca de Sacramento

Criada pela Lei nº 3.644, de 31 de agosto de 1888, composta do Termo de Sacramento. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 26 de abril de 1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.



#### *Cidade de Sacramento*

Denominação antiga: Santíssimo Sacramento.

Foi elevada à categoria de Vila a povoação do Santíssimo Sacramento, pela Lei nº 1.637, de 13 de setembro de 1870. Pela Lei nº 2.216, de 3 de junho de 1876, foi elevada à categoria de cidade a Vila do Santíssimo Sacramento. Na divisão judiciária e administrativa do Estado, estabelecida pela Lei nº 11, de 1891, constam a sede e o município pertencentes a essa comarca grafados como Sacramento. Na Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, que dispunha sobre a divisão administrativa do Estado, a Vila do Santíssimo Sacramento aparece como Sacramento.

### **69 Comarca de Santa Isabel - atual Comarca de São Gonçalo do Sapucaí**

Criada pela Lei nº 3.702, de 27 de julho de 1889, composta do Termo de São Gonçalo do Sapucaí. Pela Lei nº 11, de 1891, passou a chamar-se Comarca de São Gonçalo do Sapucaí. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se ocorreu em 21 de outubro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

#### *Cidade de São Gonçalo do Sapucaí*

Denominações antigas: São Gonçalo do Amarante, São Gonçalo da Campanha do Rio Verde, São Gonçalo da Campanha, São Gonçalo do Rio Verde.

Pela Lei nº 2.454, de 19 de outubro de 1878, foi elevada à categoria de vila o Arraial de São Gonçalo da Campanha, com a denominação de São Gonçalo do Sapucaí. Pela Lei nº 2.556, de 3 de janeiro de 1880, foi elevada à categoria de cidade.

### **70 Comarca de Lima Duarte**

Criada pela Lei nº 3.702, de 27 de julho de 1889, composta do termo de mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que aconteceu em 4 de setembro de 1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que tratava da nova divisão judiciária.

#### *Cidade de Lima Duarte*

Denominações antigas: Rio do Peixe, Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe.

Vila criada com a denominação de Rio do Peixe pela Lei nº 2.804, de 3 de outubro de 1881. Essa vila foi elevada à categoria de cidade, denominada Lima Duarte, pela Lei nº 3.269, de 30 de outubro de 1884.

### **71 Comarca de Ouro Fino**

Criada pela Lei nº 3.702, de 27 de julho de 1889, composta do termo de mesmo nome.

#### *Cidade de Ouro Fino*

Denominações antigas: São Francisco de Paula de Ouro Fino, São Francisco de Paula.

Pela Lei nº 1.570, de 22 de julho de 1868, foi elevada à categoria de vila a Freguesia do Ouro Fino. No entanto, essa lei foi revogada pela Lei nº 1.997, de 14 de novembro de 1873. O Município de Ouro Fino foi criado pela Lei nº 2.658, de 4 de novembro de 1880.

### **72 Comarca de Pirapitinga - atual Comarca de Piranga**

Criada pela Lei nº 3.702, de 27 de julho de 1889, composta pelo Termo do Piranga. Enquanto não foi instalada a comarca, o Termo do Piranga ficou fazendo parte da Comarca da Ponte Nova. Porém, no ano de 1891, através da Lei nº 11, a Comarca de Pirapitinga passou a denominar-se Piranga. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 21 de novembro de 1904. No entanto, pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

#### *Cidade de Piranga*

Denominações antigas: Guarapiranga, Nossa Senhora da Conceição do Piranga.

Foi elevada a vila a Povoação da Piranga, com a mesma denominação, pela Lei nº 202, de 1º de abril de 1841, sendo suprimido o Município da Vila da Piranga pela Lei nº 1.249, de 17 de novembro de 1865. Foi restaurada pela Lei nº 1.537, de 20 de julho de 1868 e elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.729, de 5 de outubro de 1870.

### **73 Comarca de Varginha**

Criada pelo Decreto nº 34, de 2 de abril de 1890, composta do termo de mesmo nome, desmembrado da Comarca de Três Pontas.

#### *Cidade de Varginha*

Denominações antigas: Divino Espírito Santo das Catanduvas, Catanduvas, Espírito Santo da Varginha.

Pela Lei nº 2.785, de 22 de setembro de 1881, foi criado o Município do Espírito Santo da Varginha, composto da freguesia do mesmo nome, que foi elevada à categoria de vila. Esta vila foi elevada à categoria de cidade através da Lei nº 2.950, de 7 de outubro de 1882.

### **74 Comarca de Santo Antônio do Machado - atual Comarca de Machado**

Criada pelo Decreto nº 62, 10 de maio de 1890, composta do município do mesmo nome, que foi desmembrado da Comarca de Alfenas. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Santo Antônio do Machado foi suprimida, obedecendo ao disposto no

art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de Machado*

Denominação antiga: Santo Antônio do Machado.

Pela Lei nº 2.684, de 30 de novembro de 1878, foi criado o Município de Santo Antônio do Machado, composto das Paróquias do Carmo da Escaramuça, Douradinho e Santo Antônio do Machado, que foi elevada a vila. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 2.766, de 13 de setembro de 1881, com a mesma denominação. Pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi substituído o nome do município para Machado, bem como da sua respectiva sede.

### **75 Comarca do Sapucaí - atual Comarca de Boa Esperança**

Criada pelo Decreto nº 92, de 4 de junho de 1890, compreendendo os Municípios de Dolores da Boa Esperança e Carmo do Rio Claro. Pela Lei nº 11, de 1891, a Comarca do Sapucaí passou a denominar-se Comarca de Dolores da Boa Esperança. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 6 de maio de 1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária. Pelo Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, essa comarca teve sua denominação reduzida para Comarca da Boa Esperança.

*Cidade de Boa Esperança*

Denominações antigas: Pântano, Nossa Senhora das Dolores do Pântano, Dolores do Pântano das Lavras do Funil, Dolores da Boa Esperança.

“Desde 1813 até 1866, Dolores do Pântano conservou-se com os foros de freguesia”<sup>19</sup>. Pela Lei nº 1.303, de 3 de novembro de 1866, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de Nossa Senhora das Dolores da Boa Esperança com a mesma denominação. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.611, de 15 de outubro de 1869, e teve sua denominação reduzida para Cidade de Boa Esperança através do Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938.

### **76 Comarca de Tiradentes**

Criada pelo Decreto nº 97, de 7 de junho de 1890, compreendendo os Municípios de Tiradentes e Prados. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 31 de janeiro de

1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida a comarca.

*Cidade de Tiradentes*

Denominações antigas: Ponta do Morro, Santo Antônio, Arraial Velho, São José del-Rei.

Em 1702, João de Siqueira Afonso identificou ouro nas encostas da Serra de São José, local da exploração dos veios de ouro na serra e do metal precioso aluvional nas águas do Rio das Mortes e do Rio Turvo, nasceu uma povoação cujo nome teria sido Arraial da Ponta do Morro, no entanto, o arraial ficou conhecido como Arraial Velho do Rio das Mortes<sup>20</sup>.

Vila criada com a denominação de São José do Rio das Mortes, em homenagem ao príncipe D. José, futuro Rei de Portugal, no Arraial Velho do Rio das Mortes, por ato de 19 de janeiro de 1718, sendo instalada a 28 de janeiro deste ano. A criação da vila foi aprovada por Ordem Régia de 12 de janeiro de 1719. Suprimida pela Lei nº 360, de 30 de setembro de 1848. Foi restaurada a Vila de São José del-Rei pela Lei nº 452, de 20 de outubro de 1849. Pela Lei nº 1.092, de 7 de outubro de 1860, foi elevada à categoria de cidade a vila, com a mesma denominação. Pelo Decreto nº 3, de 6 de dezembro de 1889, mudou-se a denominação da cidade e do município para Tiradentes.

### **77 Comarca de Boa Vista do Tremedal - atual Comarca de Monte Azul**

Criada pelo Decreto nº 100, de 9 de junho de 1890, compreendendo o município do mesmo nome, desmembrado da Comarca do Rio Pardo. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 3 de julho de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária. A partir da Lei nº 879, de 24 de janeiro de 1925, que altera a divisão judiciária do Estado, a comarca apareceu grafada como Comarca de Tremedal. No quadro da divisão territorial administrativa e judiciária do Estado, para o quinquênio de 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o nome da comarca e do termo foram mudados para Monte Azul.

*Cidade de Monte Azul*

Denominações antigas: Tremedal, Nossa Senhora da Graça do Tremedal, Boa Vista do Tremedal.

Foi criado o Município do Tremedal, tendo como sede a Freguesia do Tremedal, com o nome de Vila da Boa Vista, pela Lei nº 2.487, de 9 de novembro de 1878. Pela Lei nº 3.485, de 4 de outubro de 1887, foi elevada à categoria de cidade. Foi substituído o nome

<sup>19</sup> Chorographia Mineira: Dolores da Boa Esperança, de Antônio Augusto da Costa Portugal, Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 3, Ouro Preto, 1898.

<sup>20</sup> Idem nota 7.

do Município de Boa Vista do Tremedal para Tremedal, através da Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923. Pelo Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o nome do município passou a ser Monte Azul.

### **78 Comarca do Paraíba - atual Comarca de Além Paraíba**

Criada pelo Decreto nº 132, de 3 de julho de 1890, composta do Termo de São José do Além Paraíba, desmembrado da Comarca do Mar de Espanha. Pela Lei nº 11, de 1891, já apareceu grafada como Comarca de Além Paraíba.

*Cidade de Além Paraíba*

Denominação antiga: São José de Além Paraíba.

Pela Lei nº 2.678, de 30 de novembro de 1880, foi criado o Município de São José do Além Paraíba, composto da freguesia do mesmo nome e da Freguesia de Santana do Pirapetinga, sendo elevada a Freguesia de São José do Além Paraíba à categoria de vila, e de cidade, pela Lei nº 3.100, de 28 de setembro de 1883. Foi substituído o nome do Município de São José do Além Paraíba por Além Paraíba (Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923).

### **79 Comarca de Viçosa**

Criada pelo Decreto nº 230, de 10 de novembro de 1890, composta do termo do mesmo nome, desmembrado da Comarca de Ponte Nova.

*Cidade de Viçosa*

Denominações antigas: Santa Rita do Turvo, Viçosa de Santa Rita.

Fica elevada à categoria de vila, com a mesma denominação, a Freguesia de Santa Rita do Turvo, pela Lei nº 1.817, de 30 de setembro 1871. Pela Lei nº 2.216, de 3 de junho de 1876, foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade Viçosa de Santa Rita.

### **80 Comarca de Cataguases**

Criada pelo Decreto nº 230, de 10 de novembro de 1890, composta do termo de mesmo nome, desmembrado da Comarca de Leopoldina.

*Cidade de Cataguases*

Denominações antigas: Meia Pataca, Santa Rita do Meia Pataca.

Foi criado o Município de Cataguases pela Lei nº 2.180, de 25 de novembro de 1875, com sede na freguesia do Meia Pataca, que foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Cataguases. Pela Lei nº 2.766, de 13 de setembro de 1881, esta vila foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação.

### **81 Comarca de Carangola**

Criada pelo Decreto nº 230, de 10 de novembro de 1890, composta do termo de mesmo nome, desmembrado da Comarca do Rio Manhuaçu.

*Cidade de Carangola*

Denominação antiga: Santa Luzia do Carangola.

Foi criado o Município do Carangola, com sede na Paróquia de Santa Luzia, que foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila do Carangola, pela Lei nº 2.500, de 12 de novembro de 1878. Como cidade, isso ocorreu a partir da Lei nº 2.848, de 25 de outubro de 1881.

### **82 Comarca de Palmira - atual Comarca de Santos Dumont**

Criada pelo Decreto nº 230, de 10 de novembro de 1890, composta do termo de mesmo nome, desmembrado da Comarca de Lima Duarte. Pelo Decreto-lei nº 10.447, de 31 de julho de 1932, a denominação do Termo e Comarca de Palmira foi mudada para Santos Dumont.

*Cidade de Santos Dumont*

Denominações antigas: João Gomes, Palmira.

Foi criado o Município de Palmira pela Lei nº 3.712, de 27 de julho de 1889, com sua sede na Freguesia de João Gomes, que foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Palmira. Vila elevada à categoria de cidade pelo Decreto nº 25, de 4 de março de 1890. Pelo Decreto-lei nº 10.447, de 31 de julho de 1932, foi mudada para Santos Dumont a denominação da cidade e do Município de Palmira, em homenagem ao grande inventor Alberto Santos Dumont, nascido nesta cidade.

### **83 Comarca de Santa Rita (Santa Rita de Cássia) - atual Comarca de Cássia**

Criada pelo Decreto nº 232, de 13 de novembro de 1890, composta dos Termos de São Sebastião do Paraíso e Santa Rita de Cássia. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 28 de dezembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária. Pela Lei nº 747, de 20 de setembro de 1919, foi mudado para Cássia a denominação do Termo e Comarca de Santa Rita de Cássia.

*Cidade de Cássia*

Denominações antigas: Santa Rita, Santa Rita de Cássia.

Vila criada pelo Decreto nº 21, de 26 de fevereiro de 1890. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Pela Lei nº 747, de 20 de setembro de 1919, foi mudado para Cássia a denominação do Município de Santa Rita de Cássia.

### **84 Comarca de Cambuí**

Criada pelo Decreto nº 232, de 13 de novembro de 1890, composta dos Termos de Jaguari e de Cambuí.

Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Cambuí foi suprimida, ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Cambuí*

Denominação antiga: Nossa Senhora do Carmo do Cambuí.

Pela Lei nº 3.712, de 27 de julho de 1889, foi criado o Município de Cambuí, tendo como sede a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo do Cambuí, a qual foi elevada à categoria de vila. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### **85 Comarca de Santa Catarina - atual Comarca de Santa Rita do Sapucaí**

Criada pelo Decreto nº 232, de 13 de novembro de 1890, composta do Termo de Santa Rita do Sapucaí. Pela Lei nº 11, de 1891, foi mudada para Santa Rita do Sapucaí a denominação da Comarca de Santa Catarina.

*Cidade de Santa Rita do Sapucaí*

Denominações antigas: Boa Vista do Sapucaí, Santa Rita, Santa Rita da Boa Vista.

A Freguesia de Santa Rita do Sapucaí foi elevada à categoria de vila, com a mesma denominação, pela Lei nº 3.658, de 1º de setembro de 1888. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### **86 Comarca de Monte Santo - atual Comarca de Monte Santo de Minas**

Criada pelo Decreto nº 243, de 21 de novembro de 1890, composta do Termo de São Francisco do Monte Santo. Pelo Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, a comarca passou a chamar-se Monsanto. Mas, através da Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mudou sua denominação para Monte Santo de Minas.

*Cidade de Monte Santo de Minas*

Denominações antigas: São Francisco de Paula do Tijuco, São Francisco de Paula do Monte Santo, Monte Santo, Monsanto

Pelo Decreto nº 243, de 21 de novembro de 1890, foi elevada à categoria de vila e constituída em Município a freguesia de São Francisco do Monte Santo, com a mesma denominação. Na divisão judiciária e administrativa do Estado, Lei nº 11, de 1891, já apareceu grafado o município com o nome reduzido para Monte Santo. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Pelo Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a chamar-se Monsanto. Mas através da Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, mudou sua denominação para Monte Santo de Minas.

### **87 Comarca de Inhaúma - atual Comarca de Santo Antônio do Monte**

Criada pelo Decreto nº 255, de 28 de novembro de 1890, composta do termo do mesmo nome, desmembrado da Comarca de Itapeçerica. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Inhaúma foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca. Pela Lei nº 260, de 18 de agosto de 1899, a comarca passou a denominar-se Santo Antônio do Monte.

*Cidade de Santo Antônio do Monte*

Denominação antiga: Inhaúma

Vila criada, com a denominação de Santo Antônio do Monte, pela Lei nº 981, de 3 de junho de 1859. Suprimida pela Lei nº 1.248, de 17 de novembro de 1865, que revogou a Lei nº 981, de 1859, na parte referente à criação da Vila de Santo Antônio do Monte. Através da Lei nº 1.636, de 13 de setembro de 1870, foi declarada em seu inteiro vigor a Lei nº 981, de 1859, que criou a Vila de Santo Antônio do Monte. Pela Lei nº 2.158, de 16 de novembro de 1875, foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação. Passou a denominar-se cidade de Inhaúma pela Lei nº 3.356, de 10 de outubro de 1885, sendo restabelecido o nome atual pela Lei nº 260, de 18 de agosto de 1899.

### **88 Comarca de Abre-Campo**

Criada pelo Decreto nº 255, de 28 de novembro de 1890, composta do termo do mesmo nome, desmembrado da Comarca de Ponte Nova. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Abre Campo foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Abre-Campo*

Denominações antigas: Presídio do Abre-Campo, Arraial de Santana.

Pela Lei nº 312, de 8 de abril de 1948, foi elevado a Distrito de Paz o território de Abre-Campo, do Município de Mariana. Município criado pela Lei nº 3.712, de 27 de julho de 1889, tendo como sede a Paróquia de Abre-Campo, a qual foi elevada à categoria de vila. Pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, foram elevadas à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### **89 Comarca de Ferros**

Criada pelo Decreto nº 255, de 28 de novembro de 1890, composta do Termo de Santana dos Ferros, desmembrado da Comarca do Rio de Santo Antônio. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua

supressão, o que se verificou em 15 de outubro de 1909. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Ferros*

Denominações antigas: Os Ferros, Santana dos Ferros.

Município criado pela Lei nº 3.195, de 23 de setembro de 1884. Cidade pela Lei nº 3.387, de 10 de julho de 1886. A denominação foi mudada para Ferros pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923.

## 90 Comarca de Araguari

Criada pelo Decreto nº 255, de 28 de novembro de 1890, composta dos Termos de Araguari e São Pedro de Uberabinha. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Araguari foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Araguari*

Denominação antiga: Brejo Alegre

Município criado com a denominação de Brejo Alegre, sendo elevada à categoria de vila a Freguesia do Brejo Alegre, pertencente a este município, pela Lei nº 2.996, de 19 de outubro de 1882. Pela Lei nº 3.591, de 28 de agosto de 1888, foi elevada à categoria de cidade a Vila do Brejo Alegre, com a denominação de Cidade de Araguari.

## 91 Comarca de Bom Sucesso

Criada pelo Decreto nº 314, de 7 de janeiro de 1891, composta do termo de mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 24 de outubro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Bom Sucesso*

Denominações antigas: Campanha do Rio Grande, Campanha de Trás da Serra da Ibituruna.

Município criado pela Lei nº 1.883, de 15 de julho de 1872, cuja sede foi a Paróquia do mesmo nome. Foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 2.002, de 15 de novembro de 1873.

## 92 Comarca de Alto do Rio Doce

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Alto do Rio Doce

foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade do Alto do Rio Doce*

Denominação antiga: São José do Xopotó.

Foi criado o Município de São José do Chopotó, tendo como sede a freguesia de mesmo nome, que foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Alto do Rio Doce, pelo Decreto nº 26, de 7 de março de 1890. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

## 93 Comarca de Alvinópolis

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 20 de abril de 1904. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Alvinópolis*

Denominações antigas: Paulo Moreira, Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira.

Pelo Decreto nº 365, de 5 de fevereiro de 1891, foi elevada à categoria de vila e constituída em município, com a denominação de Vila Alvinópolis, a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

## 94 Comarca de Bambuí

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 13 de janeiro de 1905. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Bambuí*

Denominação antiga: Santana do Bambuí.

Pela Lei nº 2.785, de 22 de setembro de 1881, foi criado o Município de Santana do Bambuí, composto da Freguesia de Santana do Bambuí, que foi elevada à categoria de vila. Cidade pela Lei nº 3.387, de 10 de julho de 1886.

## 95 Comarca de Bocaiuva

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 25 de maio de 1904. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as

comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Bocaiuva*

Denominações antigas: Senhor do Bonfim de Montes Claros, Jequitaiá, Vila Nova de Jequitaiá.

Pela Lei nº 1.996, de 14 de novembro de 1873, foi criado o Município de Jequitaiá, cuja sede foi o arraial do Senhor do Bonfim, o qual foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila de Jequitaiá. Através da Lei nº 2.810, de 4 de outubro de 1881, foi transferida a sede do Município do Jequitaiá, do arraial do Bonfim para o arraial de Nossa Senhora da Conceição do Jequitaiá, sendo elevado à categoria de freguesia e vila. Mas no §12 do art. 1º da Lei nº 3.442, de 28 de setembro de 1887, ficou em seu inteiro vigor a Lei nº 1.996, de 1873. Cidade pela Lei nº 3.276, de 30 de outubro de 1884. Foi mudada a denominação de Vila do Jequitaiá para Vila Nova do Jequitaiá pelo Decreto nº 44, de 17 de abril de 1890. Pelo Decreto nº 90, de 4 de junho de 1890, foi elevada a Vila Nova de Jequitaiá à categoria de cidade, com a denominação de Bocaiuva.

### 96 Comarca de Bonfim

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Bonfim foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Bonfim*

Denominação antiga: Bonfim do Paraopeba.

Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevada à categoria de vila a povoação do Bonfim. Foi elevada à categoria de cidade a Vila do Bonfim, com a denominação de Bonfim da Paraopeba, pela Lei nº 1.094, de 7 de outubro de 1860. Verificando-se as leis da Província de Minas Gerais, sempre prevaleceu a denominação de Bonfim para comarca, termo e município.

### 97 Comarca de Cabo Verde

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 1º de novembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Cabo Verde*

Denominação antiga: Vila Nova do Cabo Verde.

Pela Lei nº 290, de 26 de março de 1846, foi transferida a sede da Vila de Caldas para a povoação de Cabo Verde, no Termo da mesma vila, com a denominação de Vila Nova de Cabo Verde. Suprimida pela Lei nº 472, de

1º de junho de 1850. Foi elevada à categoria de vila a Freguesia de Cabo Verde, com a mesma denominação pela Lei nº 1.290, de 30 de outubro de 1866. Pela Lei nº 2.416, de 5 de novembro de 1877, foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação.

### 98 Comarca de Caeté

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Caeté foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Caeté*

Denominação antiga: Vila Nova da Rainha

Através da Ordem de 29 de janeiro de 1714, foi criada a vila no distrito de Caeté, com a denominação de Vila Nova da Rainha. Suprimida pela Resolução de 30 de junho de 1833. Pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, foi restaurada a vila com a denominação de Vila de Caeté. Elevada à categoria de cidade pela Lei nº 1.258, de 25 de novembro de 1865.

### 99 Comarca de Campo Belo

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Campo Belo*

Denominação antiga: Bom Jesus do Campo Belo.

Pela Lei nº 373, de 9 de outubro de 1848, a Freguesia de Bom Jesus de Campo Belo foi elevada à categoria de vila com a denominação de Vila do Senhor Bom Jesus de Campo Belo. Suprimida pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850. Foi elevada à categoria de vila a Freguesia do Senhor Bom Jesus do Campo Belo através da Lei nº 2.221, de 13 de junho de 1876, e à categoria de cidade pela Lei nº 3.196, de 23 de setembro de 1884.

### 100 Comarca do Carmo da Bagagem - atual Comarca de Monte Carmelo

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A comarca passou a denominar-se Comarca de Monte Carmelo pela Lei nº 286, de 25 de junho de 1900. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 2 de março de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Monte Carmelo*

Denominações antigas: Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora do Carmo da Bagagem, Carmo da Bagagem.

Pela Lei nº 2.927, de 6 de outubro de 1882, foi criado o Município de Nossa Senhora do Carmo da Bagagem, cuja sede foi o arraial do mesmo nome, que foi elevado à categoria de vila. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. A cidade passou a denominar-se Cidade de Monte Carmelo pela Lei nº 286, de 25 de junho de 1900.

### **101 Comarca do Carmo do Parnaíba - atual Comarca de Carmo do Parnaíba**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 20 de novembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Carmo do Parnaíba*

Denominações antigas: Arraial Novo do Carmo, Nossa Senhora do Carmo, Carmo do Arraial Novo.

Pela Lei nº 347, de 20 de setembro de 1848, foi criada a vila com sede no Arraial de São Francisco das Chagas com a denominação de Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande. Suprimida pela Lei nº 472, de 1º de junho de 1850. Pela Lei nº 999, de 30 de junho de 1859, foi elevado, novamente, à categoria de vila o Arraial de São Francisco das Chagas do Campo Grande, com a mesma denominação. Suprimido pela Lei nº 1.639, de 13 de setembro de 1870. Foi restaurada pela Lei nº 2.032, de 1º de dezembro de 1873. Pela Lei nº 2.306, de 11 de julho de 1876, a sede de São Francisco das Chagas do Campo Grande, foi transferida para o arraial do Carmo do Arraial Novo, com a denominação de Vila do Carmo do Parnaíba. A Vila do Carmo do Parnaíba foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 3.464, de 4 de outubro de 1887.

### **102 Comarca de Carmo do Rio Claro**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Carmo do Rio Claro foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Carmo do Rio Claro*

Foi criada a Vila do Carmo do Rio Claro, cujo município tinha como sede a povoação do Carmo do Rio Claro pela Lei nº 2.143, de 29 de outubro de 1875. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 2.416, de 5 de novembro de 1877, com a mesma denominação.

### **103 Comarca de Caratinga**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de Caratinga foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

*Cidade de Caratinga*

Denominações antigas: São Roque do Caratinga, São João do Caratinga.

Pelo Decreto nº 16, de 6 de fevereiro de 1890, foi criado o Município de São João do Caratinga, tendo como sede a freguesia do mesmo nome. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### **104 Comarca de Frutal**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Frutal*

Denominações antigas: Carmo do Frutal, Nossa Senhora do Carmo do Frutal.

Pela Lei nº 3.325, de 5 de outubro de 1885, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Frutal. Elevada à categoria de cidade a Vila do Carmo do Frutal através da Lei nº 3.464, de 4 de outubro de 1887.

### **105 Comarca de Formiga**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Formiga*

Denominações antigas: Ribeirão da Formiga, São Vicente Ferrer da Formiga, Formiga do Tamanduá, Vila Nova da Formiga.

Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevada à categoria de vila a povoação de São Vicente Ferrer da Formiga, com a denominação de Vila Nova de Formiga. Cidade pela Lei nº 880, de 6 de junho de 1858.

### **106 Comarca de Jacuí**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 28 de outubro de 1907. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Jacuí*

Denominação antiga: São Carlos do Jacuí.

Em virtude do Alvará de 19 de julho de 1814, foi criada a Vila de São Carlos do Jacuí, no Arraial do Jacuí. Pela Lei nº 1.611, de 15 de outubro de 1869, foi elevada à categoria de cidade. Pela Lei nº 1.641, de 13 de setembro de 1870, foi transferida a sede do Município de Jacuí para a povoação de São Sebastião do Paraíso, que foi elevada à categoria de vila. Pela Lei nº 2.784, de 22 de setembro de 1881, foi criado o Município de Jacuí composto das Freguesias São Carlos de Jacuí, elevada à categoria de vila, da do Monte Santo e da de São Pedro da União. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### 107 Comarca de Palma

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Palma*

Denominações antigas: Capivara, São Francisco de Assis do Capivara.

Pelo Decreto nº 297, de 23 de dezembro de 1890, foi elevada à categoria de vila e constituída em município a Freguesia de São Francisco de Assis do Capivara. Pelo Decreto nº 441 A, de 23 de março de 1891, a sede do Município do Capivara, passou a denominar-se Vila da Palma. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### 108 Comarca de Peçanha

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 12 de dezembro de 1903. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Peçanha*

Denominações antigas: Descoberto do Peçanha, Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha, Quartel de Passanha, Santo Antônio do Peçanha, Rio Doce, Suaçuí, Santo Antônio do Passanha.

Pela Lei nº 2.132, de 25 de outubro de 1875, foi elevada à categoria de vila a Paróquia de Santo Antônio do Peçanha, com a denominação de Vila do Rio Doce. Pela Lei nº 2.766, de 13 de setembro de 1881, foi elevada à categoria de cidade a Vila do Rio Doce, com a denominação de Cidade de Suaçuí. Pela Lei nº 3.446, de 23 de setembro de 1887, passou a chamar-se Cidade de

Santo Antônio do Peçanha. Pela Lei nº 11, de 1891, já apareceu grafada como Peçanha.

### 109 Comarca de Pouso Alegre

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Pouso Alegre*

Denominações antigas: Mandu, Bom Jesus de Matozinhos do Mandu, Bom Jesus do Pouso Alegre.

Através do Decreto Imperial de 13 de outubro de 1831, erigiu em vila a povoação de Pouso Alegre. Foi elevada à categoria de cidade a Vila de Pouso Alegre, com a mesma denominação através da Lei nº 433, de 19 de outubro de 1848.

### 110 Comarca de Prados

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

*Cidade de Prados*

Denominação antiga: Nossa Senhora da Conceição dos Prados.

A origem do Arraial de Prado remonta à descoberta de ouro no vale do Rio das Mortes, mesma causa de ocupação de São João del Rei e Tiradentes. O povoado que deu origem ao arraial surgiu nos primórdios do século XVIII, por volta de 1704, quando dois irmãos bandeirantes, Manoel e Félix Mendes do Prado, ali chegaram com uma comitiva de Taubaté<sup>21</sup>.

Pelo Decreto nº 41, de 15 de abril de 1890, foi criado o Município de Prados, cuja sede era a freguesia de mesmo nome que foi elevada à categoria de vila. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas.

### 111 Comarca de Rio Branco - atual Comarca de Visconde do Rio Branco

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pelo Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, mudou a denominação da comarca para Comarca de Paranhos. Pelo Decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946, que contém a organização judiciária do Estado de Minas Gerais, a comarca aparece grafada como Comarca de Visconde do Rio Branco.

*Cidade de Visconde do Rio Branco*

Denominações antigas: Presídio dos Índios Puris, Presídio de São João Batista, São João Batista dos Índios Coropós, São João Batista do Presídio, Rio Branco.

Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, foi elevada à categoria de vila a povoação de São João Batista do Presídio. Pela Lei nº 654, de 17 de junho de 1853,

<sup>21</sup> Idem nota 7.



foi transferida a sede da Vila do Presídio para o Arraial de São Januário do Ubá, com a denominação de Vila de São Januário do Ubá. A sede do Município de Ubá, foi transferida para a Freguesia do Presídio, tomando a denominação de Cidade de São João Batista do Presídio, estabelecida pela Lei nº 1.573, de 22 de julho de 1868. Pela Lei nº 1.755, 30 de março de 1871, ficou em seu inteiro vigor o § 1º do art. 1º da Lei nº 654, de 1853, que transferia a sede da Vila do Presídio para o Arraial de São Januário do Ubá, com a denominação de Vila de São Januário do Ubá. Pela Lei nº 2.785, de 22 de setembro de 1881, foi criado o Município de São João Batista do Presídio, sendo a freguesia de mesmo nome elevada à categoria de vila. Foi elevada à categoria de cidade, com o título de Cidade Visconde do Rio Branco, a Vila do Presídio através da Lei nº 2.995, de 19 de outubro de 1882. Na divisão judiciária e administrativa do Estado estabelecida pela Lei nº 11, de 1891, a cidade aparece grafada com o nome reduzido de Rio Branco. Pelo Decreto-lei nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, mudou a denominação do município para Paranhos. No Decreto-lei nº 1.630, de 15 de janeiro de 1946, que contém a organização judiciária do Estado de Minas Gerais, a comarca aparece grafada como Comarca de Visconde do Rio Branco.

### **112 Comarca de São Pedro de Uberabinha - atual Comarca de Uberlândia**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Na organização judiciária do Estado estabelecida pela Lei nº 912, de 23 de setembro de 1925, a comarca aparece grafada como Comarca de Uberabinha. Pela Lei nº 1.128, de 19 de outubro de 1929, foi mudada a denominação da comarca para Uberlândia.

#### *Cidade de Uberlândia*

Denominações antigas: São Pedro de Uberabinha, Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha, Uberabinha.

Pela Lei nº 3.643, de 31 de agosto de 1888, foi elevada à categoria de município a Freguesia de São Pedro da Uberabinha. Cidade pela Lei nº 23, de 24 de maio de 1892, que elevou à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Pela Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, que dispõe sobre a divisão administrativa do Estado, a denominação de São Pedro da Uberabinha foi reduzida para Uberabinha. Pela Lei nº 1.128, de 19 de outubro de 1929, foi mudada a denominação da Cidade para Uberlândia.

### **113 Comarca de São João Nepomuceno**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome.

#### *Cidade de São João Nepomuceno*

Pela Lei nº 202, de 1º de abril de 1841, foi elevada à categoria de vila a povoação de São João Nepomuceno, com a mesma denominação. Suprimida pela Lei nº 514, de 10 de setembro de 1851, pois a sede da Vila de São João Nepomuceno foi transferida para o Arraial do Cágado, com a denominação de Vila do Mar de Espanha. Pela Lei nº 1.600, de 31 de julho de 1868, foi elevada à categoria de vila a Freguesia de São João Nepomuceno. Pela Lei nº 1.644, de 13 de setembro de 1870, foi transferida a sede do Município de São João Nepomuceno para a povoação do Rio Novo, do mesmo município, que é elevada à categoria de vila. Este município passou a denominar-se Município do Rio Novo. Pela Lei nº 2.677, de 30 de novembro de 1880, foi criado o Município de São João Nepomuceno e elevada a vila a freguesia do mesmo nome. Cidade pela Lei nº 2.848, de 25 de outubro de 1881.

### **114 Comarca de São Sebastião do Paraíso**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de São Sebastião do Paraíso foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

#### *Cidade de São Sebastião do Paraíso*

Pela Lei nº 1.641, de 13 de setembro de 1870, foi transferida a sede do Município de Jacuí para a povoação de São Sebastião do Paraíso, que foi elevada à categoria de vila, com a mesma denominação. Cidade pela Lei nº 2.042, de 1º de dezembro de 1873.

### **115 São Domingos do Prata**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. Pela Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, que estabeleceu uma nova organização judiciária, a Comarca de São Domingos do Prata foi suprimida, obedecendo ao disposto no art. 6º das disposições transitórias. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foi restabelecida esta comarca.

#### *Cidade de São Domingos do Prata*

Denominação antiga: São Domingos.

Pelo Decreto nº 23, de 1º de março de 1890, foi criado o Município de São Domingos do Prata, tendo como sede a freguesia do mesmo nome, que foi elevada à categoria de vila. Cidade pelo Decreto nº 401, de 3 de março de 1891.

### **116 Comarca de Salinas**

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19

de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 30 de janeiro de 1908. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária.

*Cidade de Salinas*

Denominação antiga: Santo Antônio das Salinas.

Pela Lei nº 2.725, de 18 de dezembro de 1880, foi criado o Município de Santo Antônio de Salinas, tendo como sede o arraial do mesmo nome, que foi elevado à categoria de vila. Cidade pela Lei nº 3.485, de 4 de outubro de 1887.

### 117 Comarca de Três Corações do Rio Verde - atual Comarca de Três Corações

Criada pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, composta do termo do mesmo nome. A Lei nº 375, de 19 de setembro de 1903, determinou sua supressão, o que se verificou em 6 de abril de 1907. Pela Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, foram restabelecidas todas as comarcas excluídas da Tabela A da Lei nº 375, de 1903, que estabelecia uma nova divisão judiciária. Pelo Lei nº 912, de 23 de setembro de 1925, que contém a organização judiciária do Estado de Minas Gerais, a comarca aparece grafada como Comarca de Três Corações.

*Cidade de Três Corações*

Denominações antigas: Sagrados Corações de Jesus, Maria e José da Real Passagem do Rio Verde, Rio Verde, Santíssimo Coração de Jesus, Três Corações do Rio Verde.

Pela Lei nº 3.197, de 23 de setembro de 1884, foi criado o Município de Três Corações do Rio Verde, tendo como sede a freguesia do mesmo nome. Cidade pela Lei nº 3.387, de 10 de julho de 1886. Pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, foi reduzido o nome do município para Três Corações.

### 118 Comarca de Belo Horizonte

Criada pela Lei nº 223, de 15 de setembro de 1897, comarca da Capital na Cidade de Minas, com a denominação de Comarca de Belo Horizonte.

*Cidade de Belo Horizonte*

Denominações antigas: Curral del-Rei, Cidade de Minas.

Pela Lei Adicional nº 3, de 17 de dezembro de 1893, fixou que deveria ser construída a Capital do Estado no Distrito de Belo Horizonte, localidade da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del-Rei. O Distrito de Belo Horizonte foi desmembrado do Município de Sabará por Decreto nº 716, de 5 de junho de 1894 e Decreto nº 776, de 30 de agosto de 1894. Instalada a Cidade de Minas na categoria de Capital, sendo para ela transferida a sede dos Poderes Públicos do Estado através do Decreto nº 1.085, de 12 de dezembro de 1897. Pela

Lei nº 302, de 1º de julho de 1901, mudou para Belo Horizonte a denominação da capital do Estado.

### Referências

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Documentos Públicos: Leis Mineiras. 1835-1889*. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos/search.php>>. Acesso em : 22 ago. 2011.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Revista do Arquivo Público Mineiro. 1896-2011*. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Consulte: Legislação Mineira. Belo Horizonte, 1831-1970*. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html>>. Acesso em: 23 maio 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Consulte: Publicações da Assembleia-Obras de Referência-Denominações Urbanas. Belo Horizonte, Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/obras\\_referencia/arquivos/denominacoes.html](http://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/denominacoes.html)>. Acesso em: 23 ago. 2011.*

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Divisão Administrativa de 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/divisaoadministrativa\\_1911.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/divisaoadministrativa_1911.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Brasília, DF, 1808-1889. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

CARVALHO, Francisco de Assis. A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <[http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CARVALHO\\_FRANCISCO\\_DE\\_ASSIS.pdf](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/CARVALHO_FRANCISCO_DE_ASSIS.pdf)>. Acesso em 23 ago. 2011.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações, incorporações e*

desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Gerais (1709-1915). Belo Horizonte: Imprensa Official, 1922. 309 p.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa*. 3. ed. /rev. e atu. por Sylvio de Miranda Ribeiro e Maristella de Miranda Ribeiro Godim. Belo Horizonte, Edição própria, 2010. 446 p.

CREAÇÃO de villas no Período Colonial: Villa do Pytangui. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 2, p. 90-92, jan./mar. 1897.

CRUZ, Candido; LARANJA, Luiz; DUARTE, João. *Almanak da Província de Minas Gerais de 1885*. Ouro Preto: Liberal Mineiro, 1885.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O batismo do espaço: a toponímia no Códice Costa Matoso. *Varia História*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/FAFICH, v. 21, p. 420-435, jul. 1999. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/varia/revista/index.php?prog=mostraartigo.php&idcodigo=348>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Banco de Dados: Cidades@*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista ProLíngua*, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistaprolingua.com.br/wp-content/uploads/2009/07/aparecida-negri-isquerdo.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos Mineiros: uma fonte para a história social. In: DUARTE, M.E.L.; CALLOU, D. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ; FAPERJ, 2002, v. 4, p. 113-123. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/profs/jania/dados/arquivos/top%C3%B4nimos%20mineiros%20uma%20fonte....pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 14, p. 625-787, 1909. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=470&op=1>>. Acesso em 23 ago. 2011.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <[http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS\\_MARCIA\\_MARIA\\_E\\_SEABRA\\_MARIA\\_CANDIDA.pdf](http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIA_MARIA_E_SEABRA_MARIA_CANDIDA.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2011.

SOUZA, Jocyare Cristina Pereira de. *Topônimos Mineiros e o Processo de Ocupação/Exploração/Formação do Estado Nacional*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59817152/TESE-TOPONIMOS-MINEIROS>>. Acesso em 23 ago. 2010.

...